

**NOTAS
EXPLICATIVAS
2021**





1. CONTEXTO ORGANIZACIONAL

O Município de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, com uma população de 539.354 habitantes, conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é o município mais populoso de Rondônia e o terceiro mais populoso da Região Norte.

A Prefeitura de Porto Velho, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 05.903.125/0001-45, com sede na Av. Sete de Setembro, N° 237, Centro, Prédio do Relógio, nesta Capital, realiza suas funções por meio da Administração Pública composta pelos seus órgãos que compõem sua estrutura, agentes e entidades (fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes), que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

A Prefeitura de Porto Velho tem em suas operações a natureza predominante da prestação de serviços públicos, contando para tal mister as atividades principais, quais sejam a arrecadação de tributos e contribuições de competência própria ou por intermédio de transferências constitucionais ou legais, bem como a contratação de operações de créditos e as transferências voluntárias e a execução de despesa orçamentária para atender às suas finalidades precípuas.

A organização administrativa da prefeitura em 2021 apresenta a seguinte estrutura:

FUNDOS

Fundo Municipal de Saúde – FMS

O Fundo Municipal de Saúde – FMS foi instituído por meio da Lei Nº 944, de 03 de abril de 1991, com o objetivo de criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de saúde, executadas ou coordenadas pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA

Criado por meio da Lei Complementar Nº 510, de 26 de dezembro de 2013 e, regulamentado pelo Decreto Nº 5.681, de 05 de fevereiro de 2019, é instrumento captador e aplicador de recursos a serem utilizados de acordo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, ao qual é vinculado.



O FMDCA tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados às ações de garantia, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, as quais referem-se, prioritariamente a programas e projetos que visem o atendimento aos direitos ameaçados ou violados destes.

AUTARQUIAS

Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM

O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM foi instituído como órgão gestor único do Regime Próprio de Previdência Social de Porto Velho. Possui personalidade jurídica de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Tem como atribuição principal captar e capitalizar os recursos necessários à garantia de pagamento dos benefícios previdenciários atuais e futuros dos segurados e dependentes, incumbindo também, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e a gestão de recursos financeiros e previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários e ainda prestar assistência médica, hospitalar, odontológica e social a seus beneficiários, em fundo assistencial específico, nos termos da legislação.

A partir de 2019, em cumprimento à determinação contida no Acórdão AC1-TC 00742/18 referente ao processo 01618/17 TCER, de 19.06.2018, foi promovida a separação contábil dos planos previdenciários – Plano Financeiro (CNPJ 28.918.321/0001-99) e Plano Capitalizado (CNPJ 28.918.276/0001-72) – em atendimento da legislação e transparência das informações previdenciárias devido à segregação de massa dos segurados.

Agência de Desenvolvimento do Município de Porto Velho – ADPVH

Criada em 24 de abril de 2017 por meio do Decreto nº 14.461, conforme disposto no art. 1º da Lei Complementar nº 661 de 07 de abril de 2017, a Agência de Desenvolvimento do Município de Porto Velho – ADPVH pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública tem entre suas atribuições, a incumbência de receber o investidor e promover as articulações entre os entes públicos e os privados, necessárias para o desenvolvimento do Município e, é vinculado, por cooperação, ao Gabinete do Prefeito do Município de Porto Velho.

O Serviço Social Autônomo tem como atribuições: I - promover o ambiente de negócios; II - promover o desenvolvimento e melhoria da competitividade do Município; III - articular-se com entes públicos e privados, nacionais ou estrangeiros, para a promoção de oportunidades de negócios e de geração de emprego e renda, redução das desigualdades regionais e inovação tecnológica; IV - atender o investidor no desenvolvimento do ambiente de negócios; V - atrair novos investimentos, nacionais ou estrangeiros, bem como promover e estimular a expansão de empresas instaladas no Município; VI - acompanhar o



desenvolvimento da atividade empresarial após a instalação da empresa; VII - prospectar, no Brasil e no exterior, oportunidades de investimentos no Município; VIII - disponibilizar informações que contribuam para o desenvolvimento do Município; IX - promover a imagem do Município como destino de investimentos; dentre outras conforme disposto no Art.4º da Lei nº 661 de 04/04/2017.

FUNDAÇÕES

Fundação Cultural de Porto Velho – FUNCULTURAL

A Fundação Cultural de Porto Velho – FUNCULTURAL é entidade de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira vinculada ao Gabinete do Prefeito, de fins não lucrativos, com a finalidade de promover, aperfeiçoar e desenvolver a Cultura e a Arte no Município de Porto Velho.

EMPRESAS PÚBLICAS

Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR

A Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR é pessoa jurídica de direito privado, com capital exclusivamente público, para a prestação de serviços públicos relativos ao desenvolvimento urbano, auxiliando a Municipalidade no cumprimento de suas atividades/obrigações;

A Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR, não possui capacidade contributiva, pois não distribui lucros ou resultados direta ou indiretamente a particulares nem têm por objetivo principal conceder acréscimo patrimonial ao Poder Público Municipal, não recebendo contraprestação ou pagamento de taxas (espécie tributária) ou tarifa (preços públicos), vez que executa serviços públicos gerais (coletivos, indivisíveis), custeada com recursos municipais que lhe são destinados por meio de Leis (PPA, LDO e LOA), sendo a fonte de tais recursos o próprio tesouro municipal (produto da arrecadação dos impostos gerais e COSIP);

A consolidação das contas municipais incluem toda movimentação contábil dos órgãos da Administração Direta, Administração Indireta e Poder Legislativo Municipal – Câmara Municipal de Porto Velho, relacionados a seguir na Tabela 01.



Tabela 01 – Relação Nominal de Órgãos Consolidados

U. G.	Nome da UG	CNPJ	Unidade Jurisdicionada TCERO-SIGAP
Órgãos da Administração Direta			
0000	Prefeitura de Porto Velho	05.903.125/0001-45	37
0004	Secretaria Municipal da Saúde/Fundo Municipal de Saúde	11.155.765/0001-17	165
0005	Fundação Cultural de Porto Velho	07.219.320/0001-86	134
0008	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Porto velho	32.482.383/0001-78	518
0009	Secretária Municipal de Educação	30.643.740/0001-40	520
Órgãos da Administração Indireta			
0002	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho	34.481.804/0001-71	125
0003	Fundo de Assistência a Saúde de Porto Velho	34.481.804/0001-71	166
0007	Empresa de Desenvolvimento Urbano de Porto Velho	04.763.223/0001-61	135
0010	Fundo Previdenciário Financeiro do IPAM de Porto Velho	28.918.321/0001-99	516
0011	Fundo Previdenciário Capitalizado do IPAM de Porto Velho	28.918.276/0001-72	517
0012	Agencia de Desenvolvimento do Município de Porto Velho	27.759.217/0001-36	543
Poder Legislativo			
0001	Câmara Municipal de Porto Velho	04.107.678/0001-29	89

Fonte: SIGAP Corporativo

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

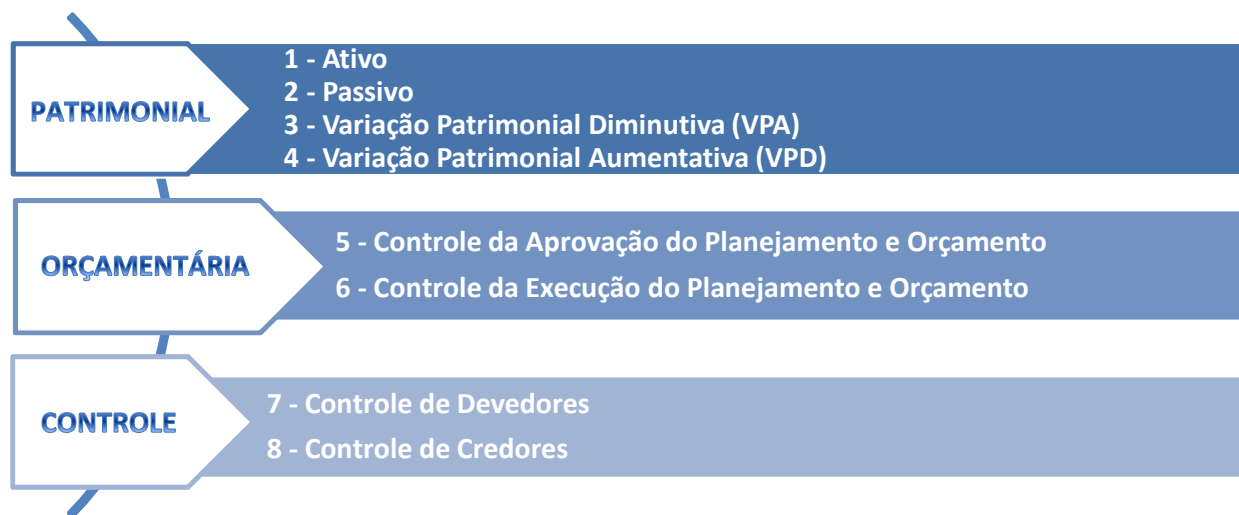
No Balanço Geral constituído pelas Demonstrações Contábeis Consolidadas da Prefeitura Municipal de Porto Velho, objeto destas Notas Explicativas, consta de forma unificada as contas dos Poderes Executivo e Legislativo, compondo a Prestação de Contas de Governo relativa ao exercício de 2021, do Excelentíssimo Prefeito, Senhor Hildon de Lima Chaves.

Todas as práticas contábeis foram elaboradas com base na legislação vigente, como a Lei nº 4.320/64 e a Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações, no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - 8ª edição (MCASP), nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público em vigência, na Instrução Normativa nº 65/2019/TCE-RO, demais normas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e nas Instruções de Procedimentos Contábeis, consistentes para o exercício financeiro de 2021.



As práticas contábeis adotadas estão estruturadas, organizadas e escrituradas, tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP Estendido desde 2013, que estabelece os conceitos básicos, as regras para registros dos atos e fatos, a estrutura contábil padronizada, e é aplicado a todos os órgãos e entidades do Município de Porto Velho, inclusive Administração Indireta que realizam a escrituração contábil através do Sistema de Contabilidade Pública GOVBr – Ajucl Informática LTDA.

No Plano de Contas do Município, as contas contábeis são classificadas segundo a natureza da informação que evidenciam o seguinte:



Neste contexto, declaramos que as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP e Relatórios Contábeis, incluídas as presentes Notas Explicativas, nas quais estão contempladas as informações relevantes e complementares para a compreensibilidade das referidas demonstrações, elaborados pelo Departamento de Contabilidade do Município de Porto Velho, subordinada a Subsecretaria de Finanças e de Contabilidade da Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ, guardou conformidade com a legislação aplicável à Contabilidade Aplicada ao Setor Público e às Finanças Públicas.

Por fim, importa destacar que o registro e a consolidação das informações ora apresentadas, além de demonstrarem à população os resultados obtidos, possibilitam a adequada prestação de contas (accountability) aos órgãos de controle e podem subsidiar os gestores para a tomada de decisões e fornecer o suporte necessário para a instrumentalização do controle social.



3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário e Manual de Orientação da Prestação de Contas do Executivo Municipal -TCERO.

3.1.1. RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

São disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Município em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica em Correntes e de Capital incluídas nessas as Receitas Intraorçamentárias, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada pelos seus valores líquidos arrecadados e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação.

3.1.1.1. RECEITAS CORRENTES

Receitas Orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Município e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas. Classificam-se como correntes as receitas provenientes de tributos; de contribuições; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); por fim, demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores, nem no conceito de receita de capital (Outras Receitas Correntes).

As Receitas Correntes são aquelas de caráter aumentativo, ou seja, as que aumentam o patrimônio. São recebimentos de recursos oriundos das atividades operacionais para aplicação em Despesas Correntes e de Capital, visando ao atendimento dos objetivos constantes dos programas e ações do governo.



3.1.1.2. RECEITAS DE CAPITAL

As Receitas de Capital são provenientes de ingressos de recursos em função da constituição de dívidas (operações de crédito), vendas de ativo permanente (alienação de bens), recebimento de direitos (amortização de empréstimos e financiamentos concedidos) e recebimentos de recursos de outras pessoas de direito público ou privado (transferências de capital), sendo destinados a atender gastos classificáveis em Despesas de Capital.

Abaixo a composição da Receita Total Arrecadada de 2021 em confronto com 2020 em relação ao total do orçamento de cada exercício correspondente:

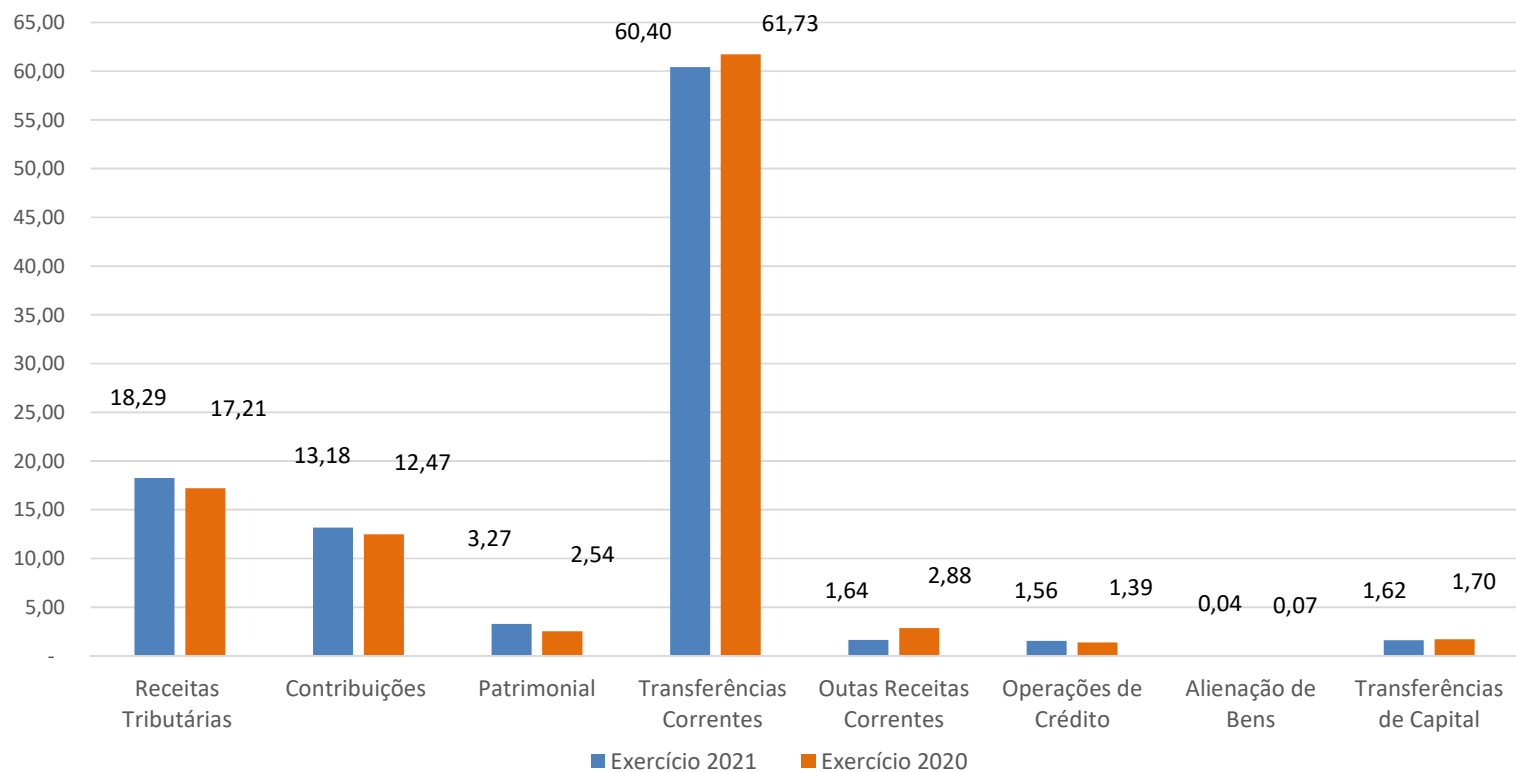
Tabela 02 - Composição da Receita Total Arrecadada em relação ao orçamento total de cada exercício

Composição das Receitas Totais	2021	%	2020	%
Receitas Tributárias	351.103.506,59	18,29	293.557.381,46	17,21
Contribuições	252.925.837,09	13,18	212.702.110,45	12,47
Patrimonial	62.836.151,17	3,27	43.395.504,74	2,54
Transferências Correntes	1.159.279.872,67	60,40	1.052.639.688,97	61,73
Outas Receitas Correntes	31.459.747,09	1,64	49.153.093,90	2,88
Operações de Crédito	29.978.644,16	1,56	23.646.150,85	1,39
Alienação de Bens	743.225,75	0,04	1.136.510,00	0,07
Transferências de Capital	31.022.130,57	1,62	29.064.466,97	1,70
TOTAL	1.919.349.115,09	100,00	1.705.294.907,34	100,00

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2021.



Gráfico 01 – Composição das Receitas Totais em relação ao orçamento total de cada exercício correspondente



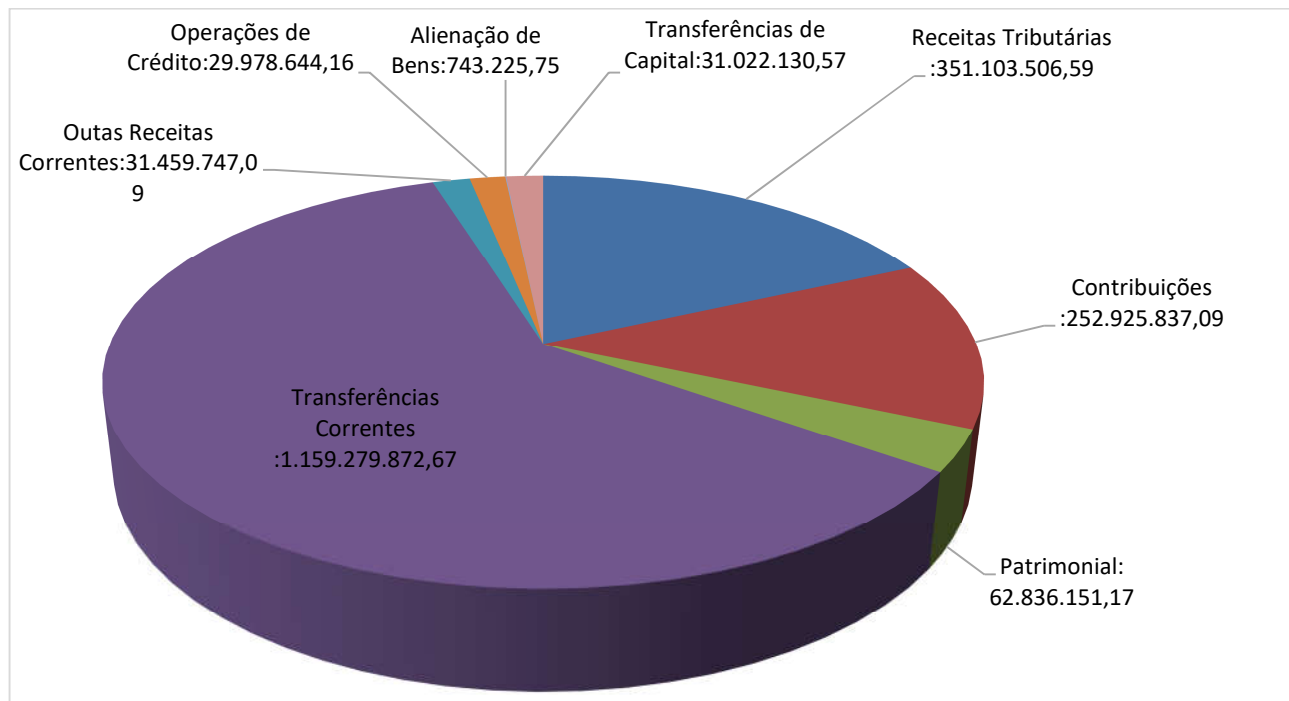
Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2021.

O gráfico acima evidencia a composição das receitas totais arrecadadas em confronto com as receitas arrecadadas do ano anterior em relação ao orçamento total de cada exercício correspondente. Nos exercícios de 2021 e 2020, as Receitas de Transferências Correntes compostas pelas transferências constitucionais e legais, corresponde a maior arrecadação, 60,40% e 61,73% respectivamente.



Em seguida, tem-se as Receitas Tributárias com percentual de 18,29% do total da receita arrecadada no exercício de 2021, constituída pela arrecadação de três tributos: impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Gráfico 02 – Composição das Receitas pelos Valores Arrecadados no exercício de 2021



Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2021.

O Gráfico 02 acima ilustra o total arrecadado de cada uma das receitas, sendo apresentado os valores líquidos de arrecadação. Percebe-se que as Transferências Correntes correspondem a 60,40% da arrecadação total, a Receita Tributária corresponde a 18,29% e as Contribuições a 13,18%. Portanto, apenas com a soma das duas maiores receitas correntes alcança-se o percentual de 78,69% do total das receitas orçamentárias.



Ainda, apresentamos com o objetivo de demonstrar os valores previstos e os realizados no exercício de 2021, a tabela 03 abaixo, que apresenta as receitas classificadas por grupo e subgrupos de contas.

Tabela 03 – Receita Prevista versus Receita Arrecadada

Exercício 2021	Previsão	Arrecadação	%
Receitas Correntes	1.493.710.131,00	1.857.605.114,61	124,36
Receitas Tributárias	278.707.822,00	351.103.506,59	125,98
Contribuições	216.949.600,00	252.925.837,09	116,58
Patrimonial	46.185.340,00	62.836.151,17	136,05
Transferências Correntes	926.537.459,00	1.159.279.872,67	125,12
Outras Receitas Correntes	25.329.910,00	31.459.747,09	124,20
Receitas de Capital	101.935.443,00	61.744.000,48	60,57
Operações de Crédito	13.702.847,00	29.978.644,16	218,78
Alienação de Bens	-	743.225,75	-
Transferências de Capital	88.232.596,00	31.022.130,57	35,16
TOTAL	1.595.645.574,00	1.919.349.115,09	120,29

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2021.

Houve uma realização de 124,36% da previsão atualizada das Receitas Correntes, de 60,57% das Receitas de Capital e de 120,29% do valor total da arrecadação do exercício de 2021.

3.1.2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Despesa pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos a fim de saldar gastos fixados na lei do orçamento ou em lei especial, visando à realização e ao funcionamento dos serviços públicos. A despesa faz parte do orçamento e corresponde às autorizações para gastos com as várias atribuições governamentais. Despesa pública também pode ser definida como o conjunto de gastos realizados pelos entes públicos para custear os serviços públicos (despesas correntes) prestados à sociedade ou para a realização de investimentos (despesas de capital).

O Balanço Orçamentário apresenta as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.



Os créditos iniciais da despesa podem ser verificados na coluna Dotação Inicial na linha Despesas Orçamentárias, os créditos suplementares, especiais e extraordinários, podem ser verificados no Anexo TC 18 - Demonstrativo das Alterações Orçamentárias constante no Relatório da Gestão Orçamentária e Financeira que acompanha a Prestação de Contas.

3.1.2.1. DESPESA CORRENTE

Destinadas à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos em geral, constituem-se em despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes.

3.1.2.2. DESPESA DE CAPITAL

Constituem despesas da Administração Pública com a intenção de adquirir ou construir bens de capital, que contribuirão para a produção ou geração de bens ou serviços. Essa categoria divide-se nos grupos de despesa: Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

A Tabela 04 abaixo apresenta os percentuais de realização da despesa em relação aos valores orçados:

Tabela 04 – Composição da Despesa Atualizada versus Despesa Empenhada

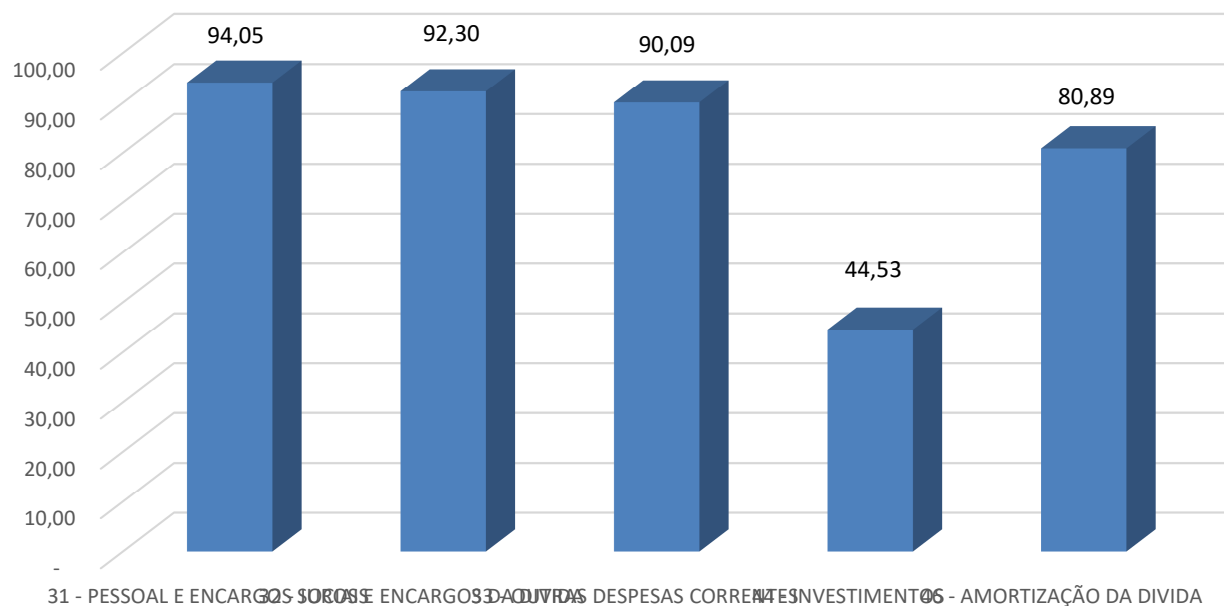
2021	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	%
DESPESAS CORRENTES	1.784.274.197,33	1.648.982.477,68	92,42
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.040.146.032,39	978.278.926,44	94,05
32 - JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	14.619.053,97	13.493.835,91	92,30
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	729.509.110,97	657.209.715,33	90,09
DESPESAS DE CAPITAL	336.925.826,44	159.298.388,64	47,28
44 - INVESTIMENTOS	311.398.313,99	138.650.138,81	44,53
46 - AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	25.527.512,45	20.648.249,83	80,89

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2021.



A referida composição pode ser ilustrada da seguinte forma no Gráfico 03:

Gráfico 03 – Despesa Empenhada em relação à Dotação Atualizada



Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2021.

Em 2021, foram executadas, aproximadamente, 92,42% das Despesas Correntes em relação ao valor autorizado e 47,28% das Despesas de Capital. O grupo das Despesas Correntes de Juros e Encargos sobre a dívida pública apresentou nível de execução na ordem de 92,30% do valor estimado e a Amortização da Dívida apresentou 80,89% da execução da Despesa de Capital efetivamente empenhada.

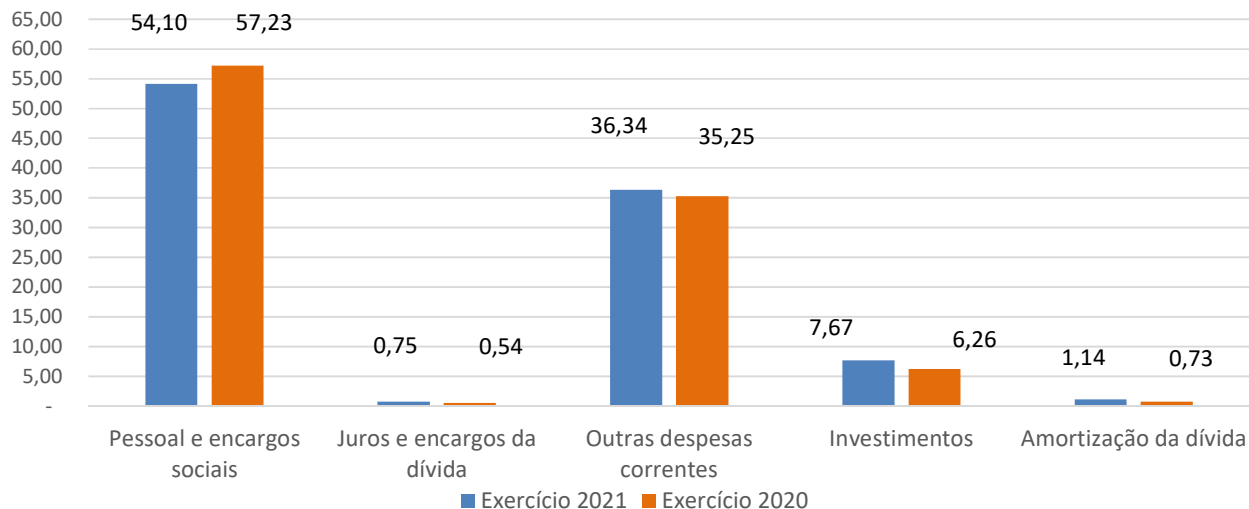


**Tabela 05 – Composição da Despesa Total Empenhada em 2021 em confronto com 2020
Em relação ao total do orçamento de cada exercício correspondente**

Composição das Despesas Totais	2021	%	2020	%
Pessoal e encargos sociais	978.278.926,44	54,10	913.506.615,15	57,23
Juros e encargos da dívida	13.493.835,91	0,75	8.649.537,15	0,54
Outras despesas correntes	657.209.715,33	36,34	562.701.819,48	35,25
Investimentos	138.650.138,81	7,67	99.851.116,80	6,26
Amortização da dívida	20.648.249,83	1,14	11.594.499,95	0,73
TOTAL	1.808.280.866,32	100,00	1.596.303.588,53	100,00

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2021.

Gráfico 04 - Composição da Despesa Total Empenhada em relação ao total do orçamento de cada exercício correspondente



Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2021.

A tabela 05 e o gráfico 04 acima demonstram a composição da Despesa Orçamentária por grupo de despesa e quanto cada grupo representa no total empenhado em relação ao total do orçamento de cada exercício correspondente. As despesas com Pessoal e Encargos Sociais representam 54,10%, e Outras Despesas Correntes representam 36,34%, da despesa total, em 2021.



3.1.2.3. Despesas executadas por tipos de créditos – Inicial, suplementar, especial e extraordinário

Tabela 06 – Execução das despesas por fonte de recursos – Crédito Inicial do Exercício e Créditos Suplementados por Superávit Financeiro do Exercício Anterior

Despesas por fonte de recursos - Crédito Inicial	Crédito Inicial	Suplementações	Reduções	Crédito Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Inscritos em RP
Fonte 1000 Recursos do Tesouro - Recursos Ordinários	480.622.019,00	101.075.290,00	79.454.429,93	502.242.879,07	492.400.030,02	476.830.994,20	476.294.049,78	16.105.980,24
Fonte 1001 Recursos do Tesouro - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação	118.399.317,00	37.613.982,73	37.613.982,73	118.399.317,00	117.335.456,27	100.147.650,19	100.037.304,05	17.298.152,22
Fonte 1002 Recursos do Tesouro - Receitas de Impostos e de Transferências de Imposto - Saúde	160.794.104,00	74.932.889,49	12.475.411,48	223.251.582,01	223.176.329,04	223.176.329,04	223.176.329,04	-
Fonte 1003 Recursos do Tesouro - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	128.197.950,00	2.232.000,00	2.232.000,00	128.197.950,00	58.472.188,13	58.350.145,31	58.350.145,31	122.042,82
Fonte 1005 Recursos do Tesouro - Ações e Serviços de Saúde	63.567.080,00	24.648.664,00	14.065.000,00	74.150.744,00	73.937.159,83	73.853.389,56	73.853.389,56	83.770,27
Fonte 1008 Recursos do Tesouro - Transf. Rec. Fundo Nacional do Desenv. da Educação - FNDE	14.556.140,00	2.889.487,72	2.889.487,72	14.556.140,00	8.142.121,46	7.755.428,31	7.729.288,83	412.832,63
Fonte 1009 Recursos do Tesouro - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	582.300,00	582.300,00	582.300,00	582.300,00	582.299,08	298.156,03	298.156,03	284.143,05
Fonte 1010 Recursos do Tesouro - Contrib. para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	44.005.300,00	8.296.104,34	5.496.104,34	46.805.300,00	46.767.645,01	43.928.447,70	43.537.980,20	3.229.664,81
Fonte 1011 Recursos do Tesouro - Transferência do FUNDEB	191.357.670,00	88.919.116,97	11.737.051,99	268.539.734,98	265.673.386,30	261.492.292,71	235.440.773,17	30.232.613,13
Fonte 1015 Recursos do Tesouro - Transfer. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	995.730,00	33.564,00	33.564,00	995.730,00	438.156,42	284.146,43	284.146,43	154.009,99
Fonte 1017 Recursos do Tesouro - Recursos Destinados a Fundos	2.824.690,00	258.536,50	258.536,50	2.824.690,00	1.009.671,21	874.326,39	874.326,39	135.344,82
Fonte 1023 Cota-parte da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos	122.287.470,00	33.365.401,76	33.365.401,76	122.287.470,00	98.373.790,62	93.672.688,88	93.501.056,70	4.872.733,92
Fonte 1025 Recursos do Tesouro - Royalties - Lei 12.858/2013	4.190.391,00	296.188,30	296.188,30	4.190.391,00	1.047.598,00	514.424,59	510.584,59	537.013,41
Fonte 1026 Recursos de Multas de Trânsito - Art. 320 da Lei 9.503/1997	3.761.890,00	364.512,84	364.512,84	3.761.890,00	2.186.324,77	788.480,77	788.480,77	1.397.844,00
Fonte 1027 Recursos do Tesouro - Transferência de Recursos do SUS - Custeio	93.281.760,00	30.545.625,14	9.447.869,18	114.379.515,96	113.179.914,31	107.626.839,05	107.360.722,38	5.819.191,93
Fonte 1028 Recursos do Tesouro - Transferência de Recursos do SUS - Investimentos	10.499.760,00	492.400,00	492.400,00	10.499.760,00	573.691,23	568.904,83	568.904,83	4.786,40
Fonte 1090 Recursos do Tesouro - Operação de Crédito Internas	13.702.847,00	122.772.559,30	13.138.920,00	123.336.486,30	40.462.867,34	26.242.379,66	23.219.181,19	17.243.686,15
Fonte 1094 Recursos do Tesouro - Remuneração de Depósitos Bancários	40.924.010,00	1.705.194,59	1.705.194,59	40.924.010,00	6.409.062,86	5.356.376,38	5.356.376,38	1.052.686,48
Fonte 2012 Recursos de Outras Fontes - Transferências de Convênios - Educação	9.750.280,00	1.322.000,00	1.322.000,00	9.750.280,00	1.927.309,82	1.625.625,45	1.270.708,66	656.601,16
Fonte 2013 Recursos de Outras Fontes - Transferências de Convênios - Saúde	1.829.422,00	-	-	1.829.422,00	7.723,55	7.723,55	7.723,55	-
Fonte 2014 Recursos de Outras Fontes - Transfer. de Convênios - Outros (não relac. educação/saúde)	85.474.774,00	89.099.369,10	77.833.823,71	96.740.319,39	37.906.738,54	19.123.897,91	19.123.897,91	18.782.840,63
Fonte 2094 Recursos de Outras Fontes - Remuneração de Depósitos Bancários	4.040.670,00	3.456.416,00	3.416.416,00	4.080.670,00	19.080,72	19.080,72	19.080,72	-
TOTAL	1.595.645.574,00	624.901.602,78	308.220.595,07	1.912.326.581,71	1.590.028.544,53	1.502.497.717,66	1.471.602.606,47	118.425.938,06
Despesas por fonte de recursos - Créditos Suplementados por Superávit Financeiro do Exercício Anterior	Crédito Inicial	Suplementações	Reduções	Crédito Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Inscritos em RP
Fonte 3000 Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores	-	75.410.360,58	2.875.850,73	72.534.509,85	67.266.813,59	61.112.085,57	60.568.991,74	6.697.821,85
Fonte 3001 Rec. do Tesouro - Exerc. Anteriores - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-	11.155.439,98	2.106.482,33	9.048.957,65	5.865.915,82	2.912.671,13	2.796.557,53	3.069.358,29
Fonte 3002 Rec. do Tesouro - Exerc. Anteriores - Receitas de Impostos e de Transferências de Imposto - Saúde	-	459.340,24	44.839,46	414.500,78	414.498,60	377.562,14	377.562,14	36.936,46
Fonte 3003 Rec. do Tesouro - Exerc. Anteriores - Contrib. para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	-	94.200.000,00	200.000,00	94.000.000,00	81.907.116,31	81.907.116,31	81.907.116,31	-
Fonte 3008 Rec. do Tesouro - Exerc. Anteriores - Transf. Rec. Fundo Nacional do Desenv. da Educação - FNDE	-	2.773.790,00	-	2.773.790,00	1.404.331,12	651.857,07	651.857,07	752.474,05
Fonte 3010 Rec. do Tesouro - Exerc. Anteriores - Contrib. Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	-	1.417.000,00	0,00	1.417.000,00	1.411.903,23	292.832,73	292.832,73	1.119.070,50
Fonte 3011 Rec. do Tesouro - Exerc. Anteriores - Transferência do FUNDEB	-	16.207.785,38	-	16.207.785,38	289.992,90	-	-	289.992,90
Fonte 3015 Rec. do Tesouro - Exerc. Anteriores - Transfer. Recursos Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	-	7.278.461,27	-	7.278.461,27	2.812.502,04	485.284,74	435.703,95	2.376.798,09
Fonte 3017 Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores - Recursos Destinados a Fundos	-	4.850.607,59	-	4.850.607,59	873.915,40	494.355,31	494.355,31	379.560,09
Fonte 3022 Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores - Destinados a Enfrentamento da Calamidade Pública	-	2.035.060,70	-	2.035.060,70	1.584.500,00	1.584.500,00	1.584.500,00	-
Fonte 3023 Rec. do Tesouro - Exerc. Anteriores - Cota-parte da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos	-	37.766.883,98	3.889.326,74	33.877.557,24	24.022.033,91	18.973.625,47	18.973.625,47	5.048.408,44
Fonte 3026 Rec. do Tesouro - Exerc. Anteriores - Recursos de Multas de Trânsito - Art. 320 da Lei 9.503/1997	-	8.037.121,29	500.000,00	7.537.121,29	6.806.976,45	3.440.861,20	2.837.274,45	3.969.702,00
Fonte 3027 Rec. do Tesouro - Exerc. Anteriores - Transferência de Recursos do SUS - Custeio	-	17.587.839,21	557.404,21	17.030.435,00	15.853.888,74	15.307.618,47	15.307.618,47	546.270,27
Fonte 3028 Rec. do Tesouro - Exerc. Anteriores - Transferência de Recursos do SUS - Investimentos	-	6.135.300,46	-	6.135.300,46	4.718.357,89	1.663.475,72	1.663.475,72	3.054.882,17
Fonte 6012 Recursos de Outras Fontes - Exerc. Anteriores - Transferências de Convênios - Educação	-	77.810,00	-	77.810,00	50.230,36	50.230,36	50.230,36	-
Fonte 6014 Rec. Outras Fontes - Exerc. Anter. - Transfer. de Convênios - Outros (não relac. educação/saúde)	-	6.742.112,13	421.124,19	6.320.987,94	2.965.657,52	2.584.597,52	2.444.937,52	520.720,00
Fonte 6094 Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores - Remuneração de Depósitos Bancários	-	3.687,91	0,00	3.687,91	3.687,91	3.687,91	3.687,91	-
TOTAL	-	292.138.600,72	10.595.027,66	281.543.573,06	218.252.321,79	191.842.361,65	190.390.326,68	27.861.995,11
TOTAL GERAL DA EXECUÇÃO DA DESPESA NO EXERCÍCIO	1.595.645.574,00	917.040.203,50	318.815.622,73	2.193.870.154,77	1.808.280.866,32	1.694.340.079,31	1.661.992.933,15	146.287.933,17

Fonte: Demonstrativo da Despesa por Natureza Consolidado por fonte de recursos – Emitido no sistema de Contabilidade Pública-CPetel (GOVBR) – Exercício 2021.

Houve suplementação de crédito adicional extraordinário no valor de R\$ 63.046.359,35 que pode ser visualizado, juntamente com notas explicativas, no Quadro Demonstrativo das Alterações Orçamentárias, constante no Relatório da Gestão Orçamentária e Financeira, que acompanha a presente Prestação de Contas.



Na Tabela 06 podemos observar os créditos iniciais da Lei Orçamentária Anual, as suplementações e reduções, bem como suas influências no resultado orçamentário e o detalhamento dos créditos suplementares abertos por superávit financeiro (recursos de exercícios anteriores) utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada, por fontes de recursos.

Nesta mesma tabela podemos visualizar a execução orçamentária por fontes de recursos das despesas suplementadas por superávit financeiro do exercício anterior. Houve abertura de crédito por superávit para o RPPS na Fonte 3003. Os outros recursos que representam o superávit financeiro estão representados pelas fontes de recursos: 3000, 3001, 3002, 3008, 3010, 3011, 3015, 3017, 3022, 3023, 3026, 3027, 3028, 6012, 6014 e 6094.

Importante registrar que os Restos a pagar não processados que foram liquidados no exercício de 2021 passam para o exercício seguinte como restos a pagar processados.

As atualizações no orçamento, tanto na receita quanto na despesa, estão autorizadas na Lei nº 2.783 de 21 de dezembro de 2020, Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2021.

3.1.3. RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

São aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social do mesmo ente federativo, por isso, não representam novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente, mas apenas movimentação de receitas entre seus órgãos. As receitas intraorçamentárias são a contrapartida das despesas classificadas na Modalidade de aplicação “91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social” que, devidamente identificadas, possibilitam anulação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas governamentais.

São classificadas em “Receitas Correntes Intraorçamentárias” e “Receitas de Capital Intraorçamentárias”, representadas, respectivamente, pelos códigos 7 e 8 em suas categorias, segundo disposto pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 338/2006 que as criou, sendo que não constituem novas categorias econômicas de receita, mas apenas especificações das Categorias Econômicas “Receita Corrente” e “Receita de Capital”.

O Balanço Orçamentário Consolidado do Município de Porto Velho foi elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário, desta forma, apresentando na composição das receitas orçamentárias o somatório das receitas orçamentárias das categorias 1 – Receita Corrente, 2 – Receita de Capital, 7 – Receitas Correntes Intraorçamentárias e 8 – Receitas de Capital Intraorçamentárias.



Quadro 01 – Composição das Receitas Intraorçamentárias

Categoria Econômica da Receita	
1. Receitas Correntes	2. Receitas de Capital
7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	8. Receitas de Capital Intraorçamentárias

Origem da Receita	
1 Receitas Correntes	2 Receitas de Capital
7 Receita Correntes Intraorçamentárias	8 Receitas de Capital Intraorçamentárias
1 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1 Operações de Crédito
2 Contribuições	2 Alienação de Bens
3 Receita Patrimonial	3 Amortização de Empréstimos
4 Receita Agropecuária	4 Transferências de Capital
5 Receita Industrial	9 Outras Receitas de Capital
6 Receita de Serviços	
7 Transferências Correntes	
9 Outras Receitas Correntes	

Fonte: MCASP, 8ª Edição, Parte I, Receita de Operações Intraorçamentárias, pág. 37.

Na Tabela abaixo, é demonstrada a composição da Receita Orçamentária prevista e realizada detalhada no exercício de 2021.

Tabela 06 – Composição da Receita Orçamentária Total

Categoria Econômica da Receita	Previsão Atualizada (R\$)	Receita Realizada (R\$)
1.Receitas Correntes	1.407.769.481,00	1.755.687.117,37
7.Receitas Correntes Intraorçamentárias	85.940.650,00	101.917.997,24
2.Receitas de Capital	101.935.443,00	61.744.000,48
8.Receitas de Capital Intraorçamentárias	-	-
Total da Receita Orçamentária	1.595.645.574,00	1.919.349.115,09

Fonte: Balancete da Receita – Emitido no sistema de Contabilidade Pública-CPCetil (GOVBR) – Exercício 2021.



3.1.4. DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

São as despesas classificadas na Modalidade de aplicação “91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social”.

O Balanço Orçamentário foi elaborado de acordo com a IPC – 07 Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário, desta forma as despesas orçamentárias são apresentadas pelo seu valor total, incluindo nessas o valor das despesas intraorçamentárias na Modalidade de Aplicação 91. No exercício de 2021, houve movimentação apenas nas modalidades 31.91, 33.91, e 46.91 de despesas intraorçamentárias, conforme Tabela abaixo:

Tabela 07 - Composição das Despesas Orçamentárias e Intraorçamentárias

Despesa Corrente	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
31. Pessoal e Encargos Sociais	973.326.050,34	911.882.136,06	911.811.153,38	911.420.685,88
31.91. Pessoal e Encargos Sociais Intraorçamentárias	66.819.982,05	66.396.790,38	66.396.790,38	66.396.790,38
32. Juros e Encargos da Dívida	14.619.053,97	13.493.835,91	13.493.835,91	13.493.835,91
32.91. Juros e Encargos da Dívida Intraorçamentárias	-	-	-	-
33. Outras Despesas Correntes	703.361.614,53	631.603.539,95	578.824.359,09	550.060.377,46
33.91. Outras Despesas Correntes Intraorçamentárias	26.147.496,44	25.606.175,38	25.606.175,38	25.606.175,38
44. Investimentos	311.398.313,99	138.650.138,81	77.559.515,34	74.366.818,31
44.91. Investimentos Intraorçamentárias	-	-	-	-
45. Inversões Financeiras	-	-	-	-
45.91. Inversões Financeiras Intraorçamentárias	-	-	-	-
46. Amortização da Dívida	11.195.806,45	10.343.411,29	10.343.411,29	10.343.411,29
46.91. Amortização da Dívida Intraorçamentárias	14.331.706,00	10.304.838,54	10.304.838,54	10.304.838,54
9.9.99.99.00.00.00 Reserva de Contingência e Reserva do RPPS	-	-	-	-
Total da Despesa Orçamentária e Intraorçamentária	2.121.200.023,77	1.808.280.866,32	1.694.340.079,31	1.661.992.933,15

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública-CPCetel (GOVBR) – Exercício 2021.

3.1.5 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário do período foi SUPERAVITÁRIO em R\$ 111.068.248,77 e é obtido por meio da diferença entre a receita líquida arrecadada no período (R\$ 1.919.349.115,09) e a despesa empenhada (R\$ 1.808.280.866,32) no Balanço Orçamentário.



3.2. BALANÇO FINANCEIRO

Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 06 - Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro (versão Dezembro-2020) e Manual de Orientação da Prestação de Contas do Executivo Municipal -TCERO.

3.2.1. Segundo a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

3.2.2 O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extraorçamentários e dos dispêndios orçamentários e extraorçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. Este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit financeiro do exercício, cuja apuração é obtida por meio do Balanço Patrimonial. O resultado financeiro do exercício pode ser também apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior.

3.2.3 CRITÉRIOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO

3.2.3.1 RECEITA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA

Para o grupo de Receita Orçamentária são consideradas as receitas orçamentárias arrecadadas pelo seu valor líquido: Receita Realizada (-) Deduções da receita orçamentária, conforme demonstrado na tabela 08.



Tabela 08 – Receita Orçamentária Líquida

Descrição	(Valores em R\$ 1,00)
Receita Bruta Arrecadada	2.126.652.385,43
(-) Dedução da Receita para formação do FUNDEB	-152.489.754,07
(-) Dedução da Receita por restituição	-388.871,13
(-) Dedução da Receita por restificação	-6.389,12
(-) Outras deduções	-5.268.161,28
(-) Estorno de arrecadação	-49.150.094,74
Total da Receita Orçamentária Balanço Financeiro (BF)	1.919.349.115,09

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2021.

A composição das receitas líquidas arrecadadas é apresentada na tabela 09 abaixo, seguida da ilustração no gráfico 05.

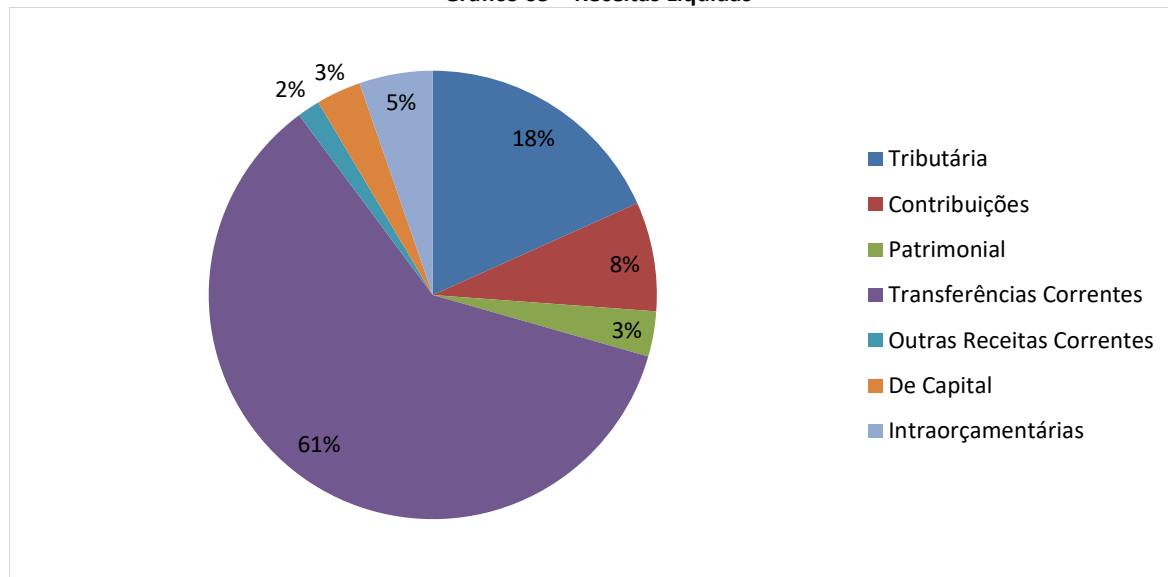
Tabela 09 – Composição das Receitas Líquidas

Receitas	(Valores em R\$ 1,00)	%
1 Tributária	351.103.506,59	18,29
2 Contribuições	151.007.839,85	7,87
3 Patrimonial	62.836.151,17	3,27
4 Transferências Correntes	1.159.279.872,67	60,40
5 Outras Receitas Correntes	31.459.747,09	1,64
6 De Capital	61.744.000,48	3,22
7 Intraorçamentárias	101.917.997,24	5,31
Total	1.919.349.115,09	100,00

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2021.



Gráfico 05 – Receitas Líquidas



Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2021.

3.2.3.2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA

As despesas orçamentárias expostas no Balanço Financeiro estão evidenciadas pelo valor empenhado líquido, em obediência ao parágrafo único do art. 103 da Lei 4.320/1964, conforme apresentado na tabela 10.

Tabela 10 – Despesas Líquidas Empenhadas

Descrição	(Valores em R\$ 1,00)
Empenhado Bruto	2.016.197.471,29
(-) Anulação de Empenhos	-207.916.604,97
Total Empenhado Líquido no Balanço Financeiro (BF)	1.808.280.866,32

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2021.



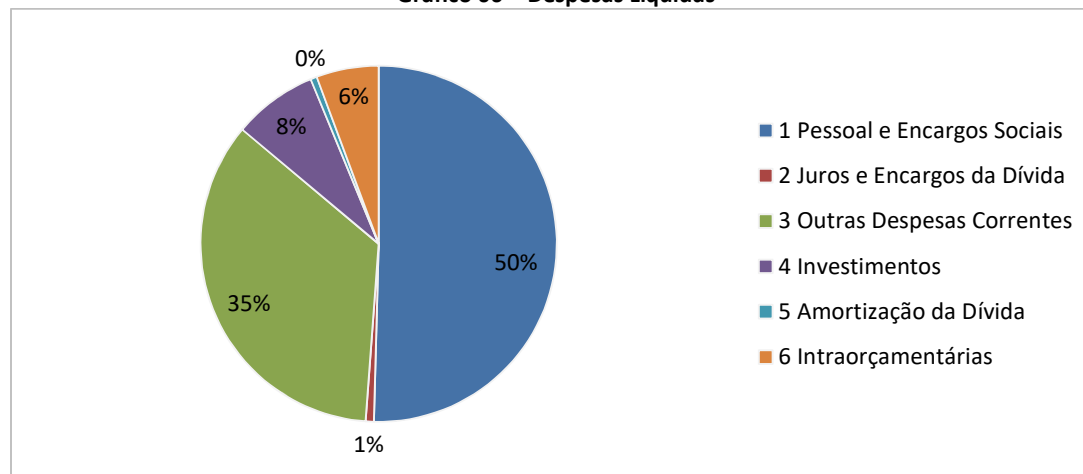
A composição das despesas líquidas é apresentada na tabela 11 abaixo, seguida da ilustração no gráfico 06.

Tabela 11 – Composição das Despesas Líquidas

	Despesas	(Valores em R\$ 1,00)	%
1	Pessoal e Encargos Sociais	911.882.136,06	53,39
2	Juros e Encargos da Dívida	13.493.835,91	0,54
3	Outras Despesas Correntes	631.603.539,95	33,96
4	Investimentos	138.650.138,81	6,26
5	Amortização da Dívida	10.343.411,29	0,56
6	Intraorçamentárias	102.307.804,30	5,30
	Total	1.808.280.866,32	100,00

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2021.

Gráfico 06 – Despesas Líquidas



Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2021.



A contabilização das retenções ocorre por conta da realização da despesa orçamentária. Os valores das retenções são apropriados no momento da liquidação do empenho. Abaixo exemplo dos lançamentos realizados quando da liquidação da despesa com retenção, bem como seu pagamento.

Liquidação:

Débito - 6.2.2.1.3.01.00.00.00 - Crédito Empenhado a Liquidar

Crédito - 6.2.2.1.3.03.00.00.00 - Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

Débito - 3.0.0.0.0.00.00.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva

Crédito - 2.1.3.0.0.00.00.00.00 - Passivo Circulante - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Débito - 8.2.1.1.2.00.00.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por Empenho

Crédito - 8.2.1.1.3.00.00.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias

Débito - 8.1.2.3.0.00.00.00.00 - Execução de Obrigações Contratuais

Crédito - 8.1.2.3.0.00.00.00.00 - Execução de Obrigações Contratuais

Retenção:

Débito - 6.2.2.1.3.03.00.00.00 - Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

Crédito - 6.2.2.1.3.04.00.00.00 - Crédito Empenhado Liquidado Pago

Débito - 2.1.3.0.0.00.00.00.00 - Passivo Circulante - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Crédito - 2.1.8.8.0.00.00.00.00 - Valores Restituíveis (Contas de retenção)

Débito - 8.2.1.1.3.00.00.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias

Crédito - 8.2.1.1.4.00.00.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Utilizada

Débito - 7.2.1.1.1.00.00.00.00 - Disponibilidade de Recursos

Crédito - 8.2.1.1.3.00.00.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias

Pagamento da retenção:

Débito - 8.2.1.1.3.00.00.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias

Crédito - 8.2.1.1.4.00.00.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Utilizada

Débito - 2.1.8.8.0.00.00.00.00 - Valores Restituíveis (Contas de retenção)

Crédito - 1.1.1.1.1.19.00.00.00 - Bancos Conta Movimento



Retenções efetuadas em exercícios anteriores que por algum motivo não foram baixadas ou foram baixadas incorretamente, são ajustadas conta a conta 2.3.7.1.1.03.00.00.00.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores, que pertence ao grupo 2.3 - Patrimônio Líquido, e impactam o Resultado Patrimonial, bem como movimentam o Balanço Financeiro sem transitarem por uma Variação Patrimonial. O Resultado apurado através da Demonstração das Variações Patrimoniais deve ser somando ao valor dos ajustes de exercícios anteriores para determinação do resultado do exercício.

3.2.3.3. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

O grupo de Transferências Financeiras Recebidas (4.5.1) e Concedidas (3.5.1) refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Porto Velho, desconsiderando os Estornos.

Dentro do mesmo grupo de Transferências Financeiras é apresentada, inclusive, a movimentação de recursos financeiros entre as Unidades Gestoras do RPPS, onde é demonstrado o sub-repasse realizado entre os Fundos Financeiro, Capitalizado e Administrativo.

O valor total de Transferências Recebidas é de R\$ 942.520.473,34, e Transferências Concedidas totalizam um montante do mesmo valor de R\$ 942.520.473,34, conforme apresentado na Tabela 12:

Tabela 12 – Composição das Transferências Financeiras

NC 4.5.1	Transferências recebidas	NC 3.5.1	Transferências Concedidas
Repasse Recebido	915.807.862,19	Repasse Concedido	915.807.862,19
Sub Repasse Recebido	16.814.398,80	Sub Repasse Concedido	16.814.398,80
Devolução de Transferências Concedid	253.744,66	Devolução de Transferências Recebidas	253.744,66
Recursos para cobertura de Insuficiência Financeira	9.644.467,69	Recursos para cobertura de Insuficiência Financeira	9.644.467,69
TOTAL	942.520.473,34		942.520.473,34

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2021

Os valores de Sub Repasse Recebido e Sub Repasse Concedido representam a movimentação financeira entre as Unidades Gestoras do RPPS, sendo UG 002 IPAM Fundo Administração, UG 10 - IPAM Fundo Previdenciário Financeiro e UG 11 – Fundo Previdenciário Capitalizado. Para melhor compreensão com relação às transferências financeiras, na Tabela 13 é demonstrada a composição das devoluções de transferências concedidas e recebidas.



Tabela 13 – Composição das Devoluções de Transferências Financeiras

Composição das Devoluções de Transferências Financeiras Recebidas				Composição das Devoluções de Transferências Financeiras Concedidas			
NC 4.5.1				NC 3.5.1			
Data	Complemento Histórico	UG	Valor	Data	Complemento Histórico	UG	Valor
09/02/2021	DEVOLUÇÃO DE SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2020 DA CÂMARA MUNICIPAL, CONFORME OFÍCIO Nº002/DIAF-CMPV-2021, RECEBIDO EM 11.02.2021	0	409,09	08/02/2021	Devolução de saldo financeiro referente ao exercício de 2020. Proc. 004 18-000/2020	1	409,09
31/12/2021	Devolução de repasse concedido a Agência de Desenvolvimento de Porto Velho - ADPVH	0	151914,94	17/12/2021	VALOR REFERENTE A DEVOLUÇÃO DE REPASSE RECEBIDO.	12	151914,94
31/12/2021	Devolução de repasse concedido a Agência de Desenvolvimento de Porto Velho - ADPVH	0	52.000,00	17/12/2021	VALOR REFERENTE A DEVOLUÇÃO DE REPASSE RECEBIDO DE ACORDO COM O CONVENIO 271/PJE-2020..	12	52.000,00
31/12/2021	Devolução de repasse concedido a Agência de Desenvolvimento de Porto Velho - ADPVH	0	1707,88	17/12/2021	RENDIMENTO APLICAÇÃO FINANCEIRA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO.	12	1707,88
31/12/2021	Devolução de repasse concedido a Câmara Municipal de Porto Velho - CMPV.	0	47.712,75	28/12/2021	Devolução de saldo relativo a Restos a pagar do exercício de 2020 não liquidados e pagos no exercício de 2021.	1	47.712,75
TOTAL			253.744,66	TOTAL			253.744,66

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2021.

3.2.3.4. RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

No grupo de recebimentos extraorçamentários são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. Da mesma forma, também está incluída, a inscrição de restos a pagar, com o objetivo de compensar o valor da despesa orçamentária imputada como realizada, mas que não foi paga no exercício, conforme determina o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 4.320/1964.



3.2.3.5. PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

No grupo de pagamentos extraorçamentários são evidenciados os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, são obrigações financeiras provenientes de exercícios anteriores que representaram ingressos extraorçamentários, bem como os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

Tabela 14 – Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários

RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	32.347.146,16	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	10.668.959,96
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	113.940.787,01	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	49.548.556,76
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	991.060.068,64	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	983.537.074,24
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	2.869.186.674,95	OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	2.901.423.272,42
TOTAL	4.006.534.676,76	TOTAL	3.945.177.863,38

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2021

No exercício de 2021, conforme demonstra a Tabela 14, os recebimentos e pagamentos extraorçamentários totalizaram, respectivamente, R\$4.006.534.676,76 e R\$3.945.177.836,38.

3.2.3.6. RESTOS A PAGAR

A inscrição de Restos a Pagar Processados do exercício 2021 apresentado no Balanço Financeiro do Município corresponde a R\$ 32.347.146,16. O valor da inscrição de Restos a Pagar Processados é apurado e evidenciado no Balanço Orçamentário pela diferença entre a Despesa Liquidada (R\$ 1.694.340.079,31) e a Paga (R\$ 1.661.992.933,15) totaliza exatamente uma diferença de R\$ 32.347.146,16.

Já inscrição dos Restos a Pagar não Processados apresentado no Balanço Financeiro do Município equivale a R\$ 113.940.787,01. O valor da inscrição de Restos a Pagar não Processados é apurado e evidenciado no Balanço Orçamentário pela diferença entre a Despesa Empenhada (R\$ 1.808.280.866,32) e a Despesa Liquidada (R\$ 1.694.340.079,31) totaliza exatamente uma diferença de R\$ 113.940.787,01, conforme evidenciado na Tabela 15 a seguir:



Tabela 15 – Apuração dos Restos a Pagar

Descrição	(Valores em R\$ 1,00)
Despesa Liquidada (Balanço Orçamentário)	1.694.340.079,31
(-) Despesa paga (Balanço Orçamentário)	1.661.992.933,15
= Inscrição de Restos a Pagar Processados (Balanço Financeiro)	32.347.146,16
Despesa Empenhada (Balanço Orçamentário)	1.808.280.866,32
(-) Despesa Liquidada (Balanço Orçamentário)	1.694.340.079,31
= Inscrição de Restos a Pagar não Processados (Balanço Financeiro)	113.940.787,01
Total de Inscrição de Restos a pagar Balanço Financeiro (a+b)	146.287.933,17

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2021

3.2.3.7. RESULTADO FINANCEIRO

A tabela 16 demonstra a conciliação do resultado orçamentário e financeiro em 2021, sabendo que o resultado orçamentário do período foi SUPERAVITÁRIO em R\$ 108.991.318,81, o qual é obtido por meio da diferença entre a receita líquida arrecadada no período (R\$ 1.705.294.907,34) e a despesa empenhada (R\$1.596.303.588,53) no Balanço Orçamentário.

Tabela 16 – Resultado Financeiro

Conciliação do Resultado Orçamentário com o Resultado Financeiro 2021	(Valores em R\$1,00)
1. Resultado Orçamentário	111.068.248,77
2. Restos a pagar inscritos no período (despesas empenhadas e não pagas)	146.287.933,17
3. Restos a pagar pagos no período (despesas empenhadas em anos anteriores)	-60.217.516,72
4. Saldo de Transações extraorçamentárias (depósitos restituíveis e valores vinculados)	7.522.994,40
5. Saldo de outros pagamentos e recebimentos extraorçamentários	-32.236.597,47
6. Saldo de Transferências recebidas e concedidas	0,00
7. Resultado Financeiro (1+2+3+4+5+6)	172.425.062,15

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2021

O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro do exercício foi de R\$172.425.062,15 e corresponde à variação das disponibilidades no final do ano (R\$ 1.309.235.089,25) e no início do ano (R\$ 1.136.810.027,10).



3.3. BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, parte V - Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público e conforme Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 04 - Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial e Manual de Orientação da Prestação de Contas do Executivo Municipal -TCERO.

3.3.1. O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

3.3.2. Foi elaborado com a utilização da classe 1 (Ativo) e da classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP, bem como das contas que representam passivos financeiros. Os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelos seus valores totais.

3.3.3. ATIVO CIRCULANTE

O **Ativo Circulante** compreende o disponível para a realização imediata, e os direitos realizáveis até o término do exercício seguinte, compreende o somatório das contas Caixa Equivalente de Caixa, Créditos a Curto Prazo, Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo e Estoques.

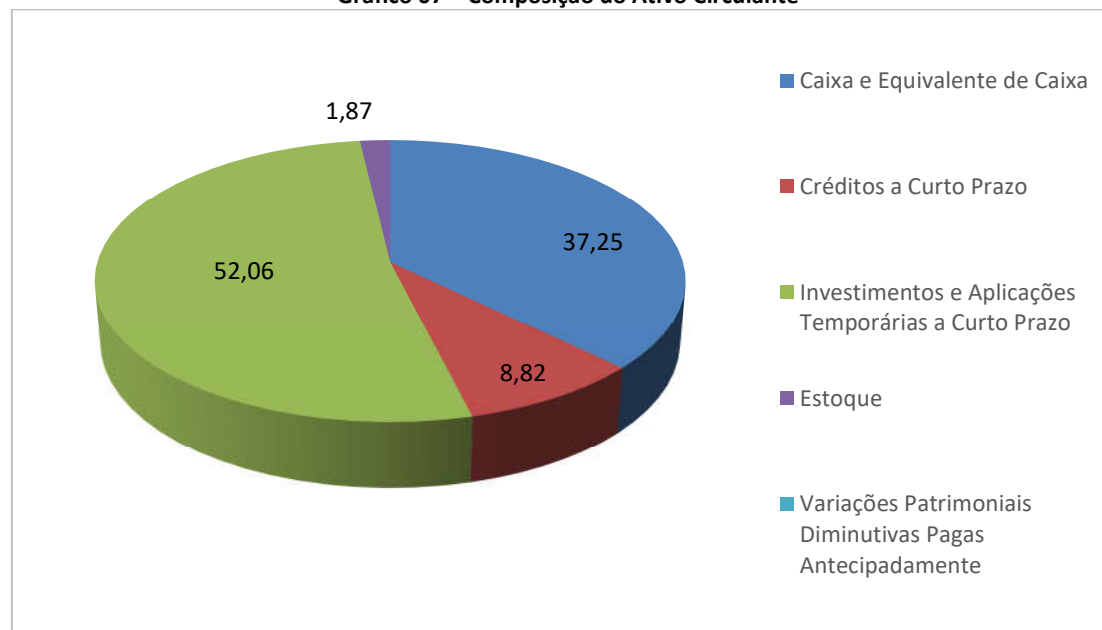
Tabela 17 – Composição do Ativo Circulante

Ativo Circulante	2021	%	2020	%
Caixa e Equivalente de Caixa	516.287.040,42	37,25	375.838.935,96	30,63
Créditos a Curto Prazo	122.268.337,03	8,82	116.503.892,19	9,49
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	721.512.866,11	52,06	706.168.031,19	57,55
Estoque	25.924.308,73	1,87	28.516.857,67	2,32
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	-	0,00	3.780,64	0,00
Total do Ativo Circulante	1.385.992.552,29	100,00	1.227.031.497,65	100,00

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2021.



Gráfico 07 – Composição do Ativo Circulante



Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2021

Caixa e equivalentes de caixa incluem o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, bem como seus equivalentes, além das aplicações financeiras de liquidez imediata, ou seja, de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses e não há restrições para o seu uso imediato.

Na composição do Ativo Circulante apresentado na tabela acima, pode-se observar que maior parte dele em 2021 está concentrado nas contas de e Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo e Caixa e Equivalente de Caixa, 37,25% e 52,06% respectivamente.

Caixa e Equivalentes de Caixa alcançou o valor de R\$ 516.287.040,42 no exercício atual, enquanto totalizou R\$ 375.838.935,96 no exercício anterior. Na comparação de um ano para outro, constatou-se uma diferença positiva de R\$ 140.448.104,46, bem como houve um aumento de R\$ 15.344.834,92 com relação ao ano anterior na conta de Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo.



O saldo da Conta Caixa e Equivalente de Caixa no Balanço Patrimonial somado aos saldo de Investimentos e Aplicações Financeiras do RPPS que totaliza o valor de R\$ 1.237.799.906,53 e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados no valor de R\$ 71.435.182,72, deve conciliar com o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa do Demonstrativo de Fluxo de Caixa, pois são disponibilidades financeiras, de livre movimentação e, portanto “caixa e equivalente de caixa”, em atendimento a IPC 08 - Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Tabela 18 - Conciliação do Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa

Conciliação do Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa no BP e na DFC	VALOR
1. Caixa e Equivalente de Caixa (Balanço Patrimonial)	516.287.040,42
2. Investimentos e Aplicações Financeiras RPPS (Balanço Patrimonial)	721.512.866,11
3. Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (Balanço Patrimonial)	71.435.182,72
4. Total	1.309.235.089,25
5. Caixa e Equivalente de Caixa (DFC) - (1+2+3)=(4)	1.309.235.089,25

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2021

3.3.4. PASSIVO CIRCULANTE

O Passivo Circulante é composto pelo agrupamento dos compromissos exigíveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis. Compreende as seguintes obrigações de curto prazo: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar, Empréstimos e Financiamentos, Fornecedores e Contas a Pagar, Obrigações Fiscais e Demais Obrigações.

Houve um aumento no Passivo Circulante com relação ao exercício anterior de 30,30%, passando de R\$ 120.588.773,09 para R\$ 157.128.303,85, ocasionada principalmente pela alta na conta Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo que passou de R\$ 76.339.226,28 para R\$ 125.179.072,81, sendo que esta conta representa em 2021, 79,67% do total do passivo circulante, antes representando 63,31%.

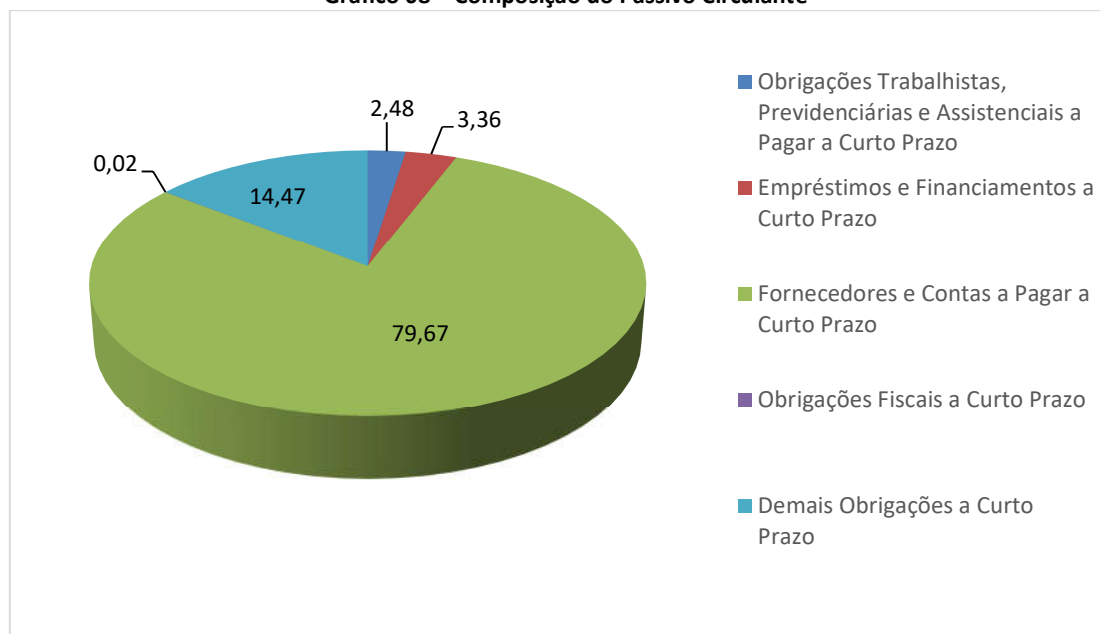


Tabela 19 – Composição do Passivo Circulante

Passivo Circulante	2021	%	2020	%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	3.901.672,10	2,48	11.755.855,55	9,75
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	5.271.832,28	3,36	5.708.276,78	4,73
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	125.179.072,81	79,67	76.339.226,28	63,31
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	36.000,00	0,02	42.000,00	0,03
Demais Obrigações a Curto Prazo	22.739.726,66	14,47	26.743.414,48	22,18
Total do Passivo Circulante	157.128.303,85	100,00	120.588.773,09	100,00

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2021

Gráfico 08 – Composição do Passivo Circulante



Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2021



Este aumento foi ocasionado, principalmente, pelas transferências do longo prazo para o curto prazo dos precatórios de pessoal – regime especial que aumentou em R\$ 28.674.584,25 em relação ao exercício anterior. E também pelo aumento da conta Demais Fornecedores a Pagar (10041) que aumentou em R\$ 20.109.969,69, em relação ao exercício anterior, sendo que esta conta totaliza o saldo de empenhos inscritos em restos a pagar processados de fornecedores.. Abaixo podemos visualizar os níveis no plano de contas que sofreram essas alterações mais significativas.

Reduzido	Nível Contábil	CC	S/A	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débitos	Créditos	Saldo Atual	D/C
998	2.13.0.0.00.00.00.00.00.	-	S	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	76.339.226,28	C	858.458.824,11	907.298.670,64	125.179.072,81	C
999	2.13.1.0.00.00.00.00.00.0	-	S	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	76.339.226,28	C	858.458.824,11	907.298.670,64	125.179.072,81	C
1000	2.13.1.1.00.00.00.00.00.0	-	S	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CON	76.339.226,28	C	858.458.824,11	907.298.670,64	125.179.072,81	C
1001	2.13.1.1.01.00.00.00.00.0	-	S	FORNECEDORES NACIONAIS	14.929.012,19	C	837.757.245,72	857.922.508,00	35.094.274,47	C
10040	2.13.1.1.01.03.00.00.00.0	7	S	RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS COM FORNECEDORES	928.707,93	C	928.707,41	984.000,00	984.000,52	C
18856	2.13.1.10103.0100.00	7	A	CERON UNN/001/2003	928.707,93	C	928.707,41	984.000,00	984.000,52	C
10041	2.13.1.10199.00.00.00	7	A	DEMAIS FORNECEDORES A PAGAR	14.000.304,26	C	836.828.538,31	856.938.508,00	34.10.273,95	C
1016	2.13.1.1.05.00.00.00.00.0	-	S	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL	61.410.214,09	C	20.701.578,39	49.376.162,64	90.084.798,34	C
1017	2.13.1.1.05.01.00.00.00.0	#	S	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - ANT	26.552.154,78	C	20.368.455,35	2.116.524,33	8.300.223,76	C
2023	2.13.1.105.010100.00	10	A	COTA - CONSTRUTORA AMAZÔNIA S/A - 2001650-12.1993.8.22.0000	-	-	-	-	-	-
22853	2.13.1.105.0102.00.00	10	A	ANTONIO PONTES DE AGUIAR - 2004867-92.1995.8.22.0000	1078.556,71	C	1089.988,64	1143193	-	-
22897	2.13.1.105.0103.00.00	10	A	ESPOLIO DE FRANCISCO PEREIRA CALDAS - 2000545-58.1997.8.22.0000	19.241.906,55	C	19.241.906,55	-	-	-
22898	2.13.1.105.0104.00.00	10	A	EDILA DANTAS CAVALCANTE DE MESQUITA - 2001472-24.1997.8.22.0000	229.230,27	C	-	92.885,65	322.115,92	C
22899	2.13.1.105.0105.00.00	10	A	ROBERTO CARLOS BRASIL MAIO - 2001598-74.1997.8.22.0000	402.392,19	C	-	92.933,82	495.326,01	C
22900	2.13.1.105.0106.00.00	10	A	IRACEMA RODRIGUES GOUVEA - 2001939-03.1997.8.22.0000	131.248,63	C	-	33.433,27	164.681,90	C
22901	2.13.1.105.0107.00.00	10	A	MANOEL RODRIGUES - 2002525-79.1993.8.22.0000	840.384,65	C	36.560,16	-	803.824,49	C
22902	2.13.1.105.0108.00.00	10	A	VANDERLEI RODRIGUES DE AGUIAR - 2002546-16.1997.8.22.0000	109.981,44	C	-	57.848,30	167.829,74	C
22903	2.13.1.105.0109.00.00	10	A	FRANCISCO XAVIER CARDOSO DA SILVA - 2000996-49.1998.8.22.0000	173.292,72	C	-	46.334,82	219.627,54	C
22904	2.13.1.105.0110.00.00	10	A	CELIDONIO RIOS - 2001532-60.1998.8.22.0000	159.144,82	C	-	48.595,15	207.739,97	C
22905	2.13.1.105.011100.00	10	A	JOSE ROBERTO SOBRINHO - 200041160.1999.8.22.0000	443.047,89	C	-	140.254,31	583.302,20	C
22906	2.13.1.105.0112.00.00	10	A	PNEUMINAS S/A INDUSTRIA E COMÉRCIO - 2001528-86.1999.8.22.0000	3.742.968,91	C	-	1592.807,08	5.335.775,99	C



1018	2.1.3.1.1.05.02.00.00.0	#	S	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - A P	34.858.059,31	C	333.123,04	47.259.638,31	81.784.574,58	C
22854	2.1.3.1.1.05.02.02.00.00	10	A	RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA - 2003140-20.2003.8.22.0000	80.902,87	C	77.250,55	30.843,52	34.495,84	C
22855	2.1.3.1.1.05.02.03.00.00	10	A	LUIZ HOREZIO GAMA - PROC.1003497-48.2002.8.22.0001	93.522,00	C	110.707,65	58.954,06	41768,41	C
22857	2.1.3.1.1.05.02.04.00.00	10	A	LUIZ LEITE DE OLIVEIRA - PROC.2000867-92.2008.8.22.0000	144.519,28	C	106.612,40	49.950,92	87.857,80	C
22858	2.1.3.1.1.05.02.05.00.00	10	A	ADEMAR BARBOSA DE OLIVEIRA - PROC.2004742-70.2008.8.22.0000	42.611,86	C	38.552,44	32.074,52	36.133,94	C
22907	2.1.3.1.1.05.02.14.00.00	10	A	ELCIO APARECIDO DOS SANTOS - PROC.2001730-29.2000.8.22.0000	71938,29	C	-	28.792,08	100.730,37	C
22908	2.1.3.1.1.05.02.15.00.00	10	A	IBM BRASIL - INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LTDA - PROC.2003262-67.2002.8.22.0000	5.630.974,03	C	-	1608.524,92	7.239.498,95	C
22909	2.1.3.1.1.05.02.16.00.00	10	A	MITSUMI MARINE & KYOEI FIRE SEGUROS S/A - PROCESSO 2008494-60.2002.8.22.0000	95.784,21	C	-	33.560,38	129.344,59	C
22910	2.1.3.1.1.05.02.17.00.00	10	A	SISTEMA PITAGORAS DE ENSINO SOCIEDADE LTDA - PROC.2009452-12.2003.8.22.0000	88.413,43	C	-	23.221,27	111.634,70	C
22911	2.1.3.1.1.05.02.18.00.00	10	A	ESPÓLIO DE HONORINA PEREIRA PEDREIRA - PROC.2000804-67.2008.8.22.0000	499.011,40	C	-	217.159,94	716.171,34	C
22912	2.1.3.1.1.05.02.19.00.00	10	A	ANTONIO RODRIGUES BEZERRA - PROC.1004746-39.1999.8.22.0001	58.976,89	C	-	15.286,35	74.263,24	C
22913	2.1.3.1.1.05.02.20.00.00	10	A	GILMAR FREIRE RAMOS - PROC.1009411-64.2008.8.22.0001	66.496,11	C	-	20.296,56	86.792,67	C
22914	2.1.3.1.1.05.02.2100.00	10	A	IBM BRASIL - INDUSTRIA MAQUINAS E SERVIÇOS LTDA - PROC.2100052-79.2003.8.22.0000	34.147,00	C	-	21773,41	55.920,41	C
22915	2.1.3.1.1.05.02.22.00.00	10	A	ZOGHBI EMPREENDIMENTOS LTDA - PROC.1008103-37.1993.8.22.0001	25.708.483,82	C	-	43.876.657,87	69.585.141,69	C
22916	2.1.3.1.1.05.02.23.00.00	10	A	ASSIS LEANDRO DA SILVA - PROC.1014070-53.1999.8.22.0001	52.921,85	C	-	22.758,42	75.680,27	C
22917	2.1.3.1.1.05.02.24.00.00	10	A	ELO CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA - PROC.2001023-80.2008.8.22.0000	62.728,76	C	-	40.465,17	103.193,93	C
22918	2.1.3.1.1.05.02.25.00.00	10	A	PELICANO COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA - PROC.102574-59.2004.8.22.0001	77.291,18	C	-	18.197,82	95.489,00	C
22920	2.1.3.1.1.05.02.26.00.00	10	A	RONALDO FEITOSA BARROS - PROC.1000301-31.2006.8.22.0001	149.824,53	C	-	65.591,06	215.415,59	C
22921	2.1.3.1.1.05.02.27.00.00	10	A	BURITI CAMINHOES LTDA - PROC.1008277-36.1999.8.22.0001	55194,56	C	-	369.652,23	921.593,79	C
22922	2.1.3.1.1.05.02.28.00.00	10	A	LEANDRO DE SOUZA CARDOSO - PROC.1000311-75.2006.8.22.0001	210.942,78	C	-	107.553,54	318.496,32	C
22923	2.1.3.1.1.05.02.29.00.00	10	A	D.DUWE CONTABILIDADE S/C LTDA - PROC.2008395-80.2008.8.22.0000	140.248,05	C	-	47.603,73	187.851,78	C
22924	2.1.3.1.1.05.02.30.00.00	10	A	FRANCISCA GOMES DE FREITAS - PROC.2012734-82.2008.8.22.0000	247.323,25	C	-	171.137,92	418.461,17	C
22925	2.1.3.1.1.05.02.3100.00	10	A	MATERIAL BASICO DE CONSTRUÇÕES RIO CANDEIAS LTDA - PROC.2014023-50-2008.8.22	183.282,70	C	-	63.250,68	246.533,38	C
22926	2.1.3.1.1.05.02.32.00.00	10	A	FRANCISCO DE ASSIS SILVEIRA JUNIOR - PROC.2007280-87.2009.8.22.0000	60.386,73	C	-	20.302,19	80.688,92	C
22928	2.1.3.1.1.05.02.33.00.00	10	A	ESPOLIO DE PRIMO CODIGNOLE - PROC.2005848-33.2009.8.22.0000	505.386,73	C	-	316.029,75	821.416,48	C



3.3.5. ATIVO NÃO CIRCULANTE

Ativo Não Circulante compreende os ativos que têm a expectativa de realização após os 12 meses seguintes à data da publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos e Imobilizado.

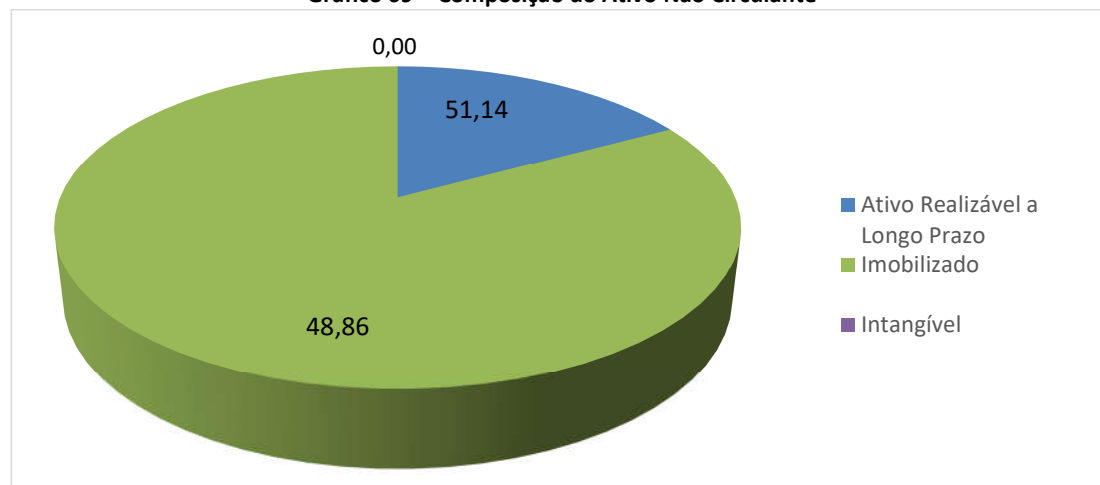
Conforme apresentado abaixo na Tabela 20 e ilustrado no Gráfico 09, a maior parte do Ativo não circulante compreende o Imobilizado, com o valor na ordem de R\$509.765.308,02 (82,91%), seguido do ativo realizável a longo prazo no valor de R\$ 105.080.648,94 (17,09%).

Tabela 20 – Composição do Ativo Circulante

Ativo Não Circulante	2021	%	2020	%
Ativo Realizável a Longo Prazo	105.080.648,94	17,09	450.697.314,93	51,14
Investimentos	-	0,00	-	0,00
Imobilizado	509.765.308,02	82,91	430.569.967,39	48,86
Intangível	1.600,00	0,00	1.600,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante	614.845.956,96	100,00	881.267.282,32	100,00

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2021

Gráfico 09 – Composição do Ativo Não Circulante



Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2021



3.3.5.1. Dívida Ativa Tributária

Em 2021, a Dívida Ativa Tributária do Município apresenta um saldo de R\$ 596.214.973,64, sendo R\$ 580.045.142,64 em Longo Prazo e R\$ 16.169.831,00 em Curto Prazo, antes do ajuste de perdas, cuja metodologia utilizada para o cálculo da conta Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária está detalhada em nota explicativa adiante. O registro no Curto Prazo representa o valor que se espera receber nos próximos doze meses e tem por base o valor orçado para 2022 na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Tabela 21 – Saldo Dívida Ativa Tributária

Dívida Ativa Tributária	2021			2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida antes do Ajuste de Perdas	16.169.831,00	580.045.142,64	596.214.973,64	9.968.226,12	556.579.480,10	566.547.706,22
(-) Ajuste de Perdas da D.A.	-	-476.977.997,21	-476.977.997,21	-	-107.895.668,68	-107.895.668,68
Dívida após o Ajuste de Perdas	16.169.831,00	103.067.145,43	119.236.976,43	9.968.226,12	448.683.811,42	458.652.037,54

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2021

3.3.5.1.1. Créditos tributários inscritos em dívida ativa no exercício de 2021

No exercício de 2021 foi inscrito o valor total de R\$ 68.518.802,92 em dívida ativa.

Quadro 02 - Créditos tributários inscritos em dívida ativa no exercício de 2021

Descrição	Principal	Multas	Juros	Correção	Total
Imposto Predial	13.128.237,79	272.855,22	779.195,37	514.305,75	14.694.594,13
Imposto Territorial	23.476.203,11	487.912,29	1.336.886,71	919.685,53	26.220.687,64
TRSD	8.671.572,45	1.802.274,38	514.738,11	339.737,31	11.328.322,25
TX Alvará de Licença de Funcionam	1.499.849,89	33.242,56	307.542,18	263.090,83	2.103.725,46
TX Alvará de Licença de Func./AI	171.266,22	-	32.675,84	10.865,16	214.807,22
ISSQN Mensal	5.645.583,77	1.075.323,51	158.725,73	221.133,41	7.100.766,42
ISS/RETIDO	570.935,87	11.672,59	17.984,59	22.566,32	623.159,37
ISSQN Estimativa Fixa	269.335,57	5.599,21	15.915,45	10.551,04	301.401,27
ISS/SOCIEDADE DE PROFISSIONAIS	345.825,71	7.187,65	20.111,47	13.547,72	386.672,55
ISSQN/AI	1.711.444,25	24.889,26	561.895,64	267.369,51	2.565.598,66
ISS/TAXI/CONDUTOR/PRINCIPAL	67.453,75	13.968,85	4.576,97	2.644,34	88.643,91
Multa - Não Adesão a NFSE	73.091,34	14.602,45	5.411,70	2.863,35	95.968,84
Autos de Infração/Multas Ambient	307.218,20	-	147.886,19	40.966,33	496.070,72
Autos de Infração/Posturas	53.062,05	1.194,98	17.455,96	6.682,70	78.395,69
Foros - DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	16.658,39	346,24	319,64	652,54	17.976,81
COSIP	1.985.693,63	41.312,87	97.196,96	77.808,52	2.202.011,98
Total da Inscrição	57.993.431,99	3.792.382,06	4.018.518,51	2.714.470,36	68.518.802,92



3.3.5.1.2. Evolução da Dívida Ativa Tributária - Inscrições e Baixas – Exercícios 2019, 2020 e 2021.

Quadro 03 – Inscrições e Baixas de Dívida Ativa Tributária – Exercícios 2019, 2020 e 2021.

Dívida Ativa 2019		Dívida Ativa 2020		Dívida Ativa 2021	
Saldo Anterior (a)	410.747.832,50	Saldo Anterior (a)	482.708.680,85	Saldo Anterior (a)	566.623.953,53
Inscrições		Inscrições		Inscrições	
IPTU	49.221.373,05	IPTU	47.976.530,47	IPTU	40.915.281,77
ISS	42.400.338,16	ISS	50.583.213,00	ISS	11.066.242,18
TRSD	10.976.811,75	TRSD	10.210.539,13	TRSD	11.328.322,25
Licença para Funcionamento Regular	2.093.823,39	Licença para Funcionamento Regular	4.232.195,51	Licença para Funcionamento Regular	2.318.532,68
Multas por Autos de Infração	585.495,86	Multas por Autos de Infração	268.568,63	Multas por Autos de Infração	574.466,41
Multa - Não adesão NF-e	73.349,04	Multa - Não adesão NF-e	43.549,29	Multa - Não adesão NF-e	95.968,84
COSIP	-	COSIP	-	COSIP	2.202.011,98
Foros	-	Foros	47.205,35	Foros	17.976,81
Total das Inscrições (b)	105.351.191,25	Total das Inscrições (b)	113.361.801,38	Total das Inscrições (b)	68.518.802,92
Baixas		Baixas		Baixas	
IPTU *	9.526.860,96	IPTU *	8.496.638,73	IPTU	12.148.988,54
ISS	4.007.706,80	ISS	3.749.060,41	ISS	3.155.281,76
Taxas Prestação serviços - TRSD	1.523.384,68	Taxas Prestação serviços - TRSD	1.816.503,54	Taxas Prestação serviços - TRSD	3.168.038,15
Taxas de Inspeção/Fiscaliz.	1.739.647,06	Taxas de Inspeção/Fiscaliz.	1.621.729,12	Taxas de Inspeção/Fiscaliz.	2.004.655,65
Multas por Autos de Infração	-	Multas por Autos de Infração	-	Multas por Autos de Infração	-
Foros - DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	230.986,00	Foros - DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	89.827,06	Foros - DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	46.971,55
Total Por Recebimento	17.028.585,50	Total Por Recebimento	15.773.758,86	Total Por Recebimento	20.523.935,65
Por cancelamento	16.361.757,40	Por cancelamento	13.672.769,84	Por cancelamento	18.321.787,16
Total das Baixas (c)	33.390.342,90	Total das Baixas (c)	29.446.528,70	Total das Baixas (c)	38.845.722,81
Saldo Atual (d) = (a)+ (b) - (c)	482.708.680,85	Saldo Atual (d) = (a)+ (b) - (c)	566.623.953,53	Saldo Atual (d) = (a)+ (b) - (c)	596.297.033,64

* Em 2019, o valor da Baixa por recebimento de IPTU está líquido do valor da dedução por restituição (R\$ 9.527.196,59 - R\$ 335,63 = R\$ 9.526.860,96)

* Em 2020, o valor da Baixa por recebimento de IPTU está líquido do valor da dedução por restituição (R\$ 8.498.014,23 - R\$ 1.375,50 = R\$ 8.496.638,73)

3.3.5.1.3. Cobrança da Dívida Ativa Tributária

De acordo com o Relatório de Dívida Ativa do Município, expedido pela Subprocuradoria da Dívida Ativa/SPDA da Procuradoria Geral do Município/PGM, o trabalho desenvolvido com relação à recuperação judicial de créditos tributários possibilitou com que o Município seja autor de 12.820 processos executivos fiscais em trâmite no Juízo da 2ª Vara de execuções Fiscais e Registros Públicos, sendo desse quantitativo, 3.269 ações protocolizadas em 2021. Quanto à cobrança administrativa, foram realizados mais de 17.500 parcelamentos em 2021 no valor total de R\$ 54 milhões.

A íntegra com as informações sobre a dívida ativa tributária está contida no Relatório de Dívida Ativa do Município de Porto Velho, acostado ao Demonstrativo de Desempenho da Arrecadação, que é parte integrante do Balanço Geral do Município.



3.3.5.1.4. Cancelamentos de Dívida Ativa Tributária

Os valores cancelados no exercício de 2021, que totalizam R\$ 18.321.787,16, se referem ao cancelamento da Dívida Ativa Tributária a título de baixas por prescrição, isenções/imunidade e cumprimento de determinação judicial, reconhecidos através dos processos administrativos 06.00070/2022, 06.00072/2022 e 06.00073/2022 (IPTU); 06.00067/2022 e 06.00068/2022 (ITU); 06.00070/2022 e 06.00074/2022 (TRSD); 06.00070/2022 e 06.00071/2022 (ISS); 06.00071/2022 (Alvará de Funcionamento e Demais Taxas); 06.00070/2022 (COSIP); 06.00070/2022 e 06.00071/2022 (Auto de Infração) e 06.00069/2022 (Foros).

3.3.5.1.5. Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária

A 8ª edição do MCASP, aprovada pela Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, não especifica uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, cabendo a cada ente a escolha da metodologia que melhor retrate a expectativa de recebimento dos créditos inscritos.

Conforme regem as normas contábeis, torna-se necessário o reconhecimento dos riscos, os quais são registrados em contas de ajustes de perdas.

A metodologia utilizada nessas demonstrações é a Média Percentual de Recebimentos Passados. A média percentual de recebimentos passados utiliza a média ponderada dos recebimentos com relação aos montantes inscritos dos três últimos exercícios.

Do estoque total da dívida ativa a curto e longo prazo (R\$ 596.297.033,64), apenas uma parte tem efetiva possibilidade de cobrança (20,01%), considerando a média de recebimentos passados.

Dessa forma, no ano de 2021 foi considerado o valor de R\$ 476.977.997,21 em ajustes de perdas de Dívida Ativa Tributária, que representa 79,99% dos valores a receber, sendo que este percentual é a diferença entre o saldo da dívida ativa e a média percentual de recebimentos dos últimos três exercícios, que foi de 20,01% das inscrições em dívida ativa.

3.3.5.2. Dívida Ativa Não Tributária

Em 2021, a Dívida Ativa Não Tributária a Curto Prazo do Município apresenta um saldo contábil de R\$ 80.060,00, referente ao crédito inscrito a título de FOROS. O registro no Curto Prazo representa o valor que se espera receber nos próximos doze meses e tem por base o valor orçado para 2022.



Em 2021, a Dívida Ativa Não Tributária a Longo Prazo do Município totaliza R\$ 1.008.548,60, registrado em 10.01.2007. Esse valor corresponde à inscrição em dívida ativa decorrente do processo 00366/96-TCERO em desfavor de Antônio Orlandino Gurgel do Amaral, pela Prestação de Contas da Câmara Municipal de Porto Velho, referente ao exercício de 1995.

Tabela 22 – Saldo Dívida Ativa Não Tributária

Dívida Ativa Não Tributária	2021			2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Valores	80.060,00	1.008.548,60	1.088.608,60	76.247,31	1.008.548,60	1.084.795,91

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2021

3.3.5.2 IMOBILIZADO

O imobilizado corresponde a 82,91% do total do Ativo não circulante, sendo que deste, 55,31% são de bens móveis e 44,69% de bens imóveis.

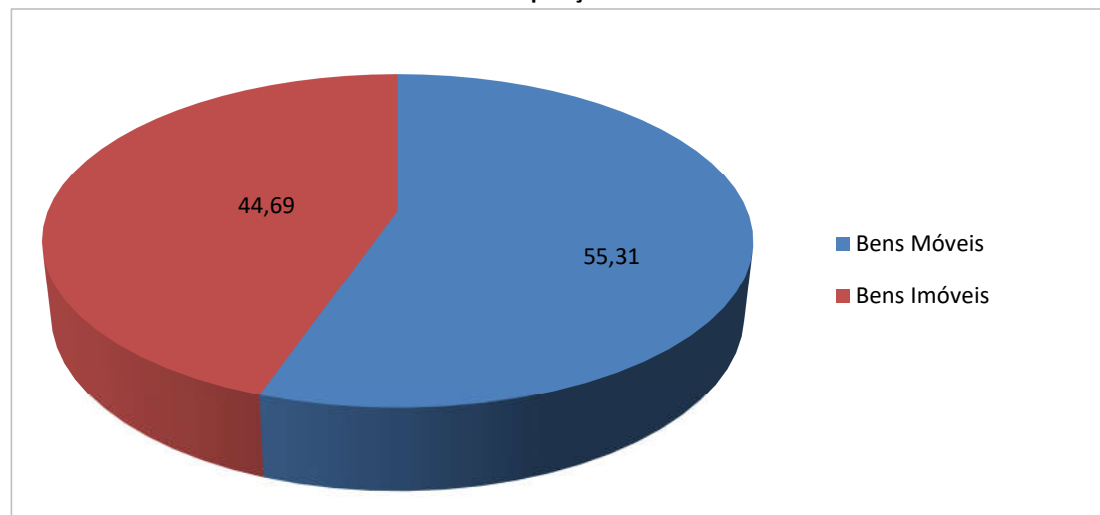
Tabela 23 – Composição do Imobilizado

Imobilizado (Valores deduzidos das depreciações)	2021	%
Bens Móveis	259.969.546,12	55,31
Bens Imóveis	249.795.761,90	44,69
Total do Imobilizado	509.767.329,02	100,00

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2021



Gráfico 10 – Composição do Imobilizado



Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2021

A seguir apresenta-se o detalhamento da composição dos grupos **(I) Bens Móveis** e **(II) Bens Imóveis**:

Tabela 24 - Imobilizado

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Bens Móveis (I)	259.969.546,12	243.702.570,84	6,67
(+) Valor Bruto Contábil	345.760.588,68	305.657.409,60	13,12
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada	85.791.042,56	61.954.838,76	38,47
Bens Imóveis (II)	249.795.761,90	186.867.396,55	33,67
(+) Valor Bruto Contábil	250.729.527,18	187.478.184,48	33,73
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada	933.765,28	610.787,93	52,87
Total Líquido (III = I + II)	509.765.308,02	430.569.967,39	18,39

Fonte: Demonstrativo Patrimonial PP/CETIL 2021



a) BENS MÓVEIS (I)

Em 31/12/2021, o valor líquido contábil dos bens móveis é de **R\$ 259.969.546,12** (duzentos e cinquenta e nove milhões novecentos e sessenta e nove mil quinhentos e quarenta e seis reais e doze centavos), conforme detalhamento abaixo:

Tabela 25 – Bens Móveis

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Veículos	111.801.934,48	113.079.028,56	-1,13
Demais Bens Móveis	85.961.301,20	31.076.567,53	176,61
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	64.918.013,59	81.438.780,27	-20,29
Móveis e Utensílios	52.819.564,81	53.092.216,95	-0,51
Bens de Informática	25.545.899,64	23.582.424,45	8,33
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	4.713.582,44	3.383.391,84	39,32
Bens Móveis em Almoarifado	292,52	5.000,00	-94,15
Total Bruto (I)	345.760.588,68	305.657.409,60	13,12
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (II)	85.791.042,56	61.954.838,76	38,47
Total Líquido (III = I - II)	259.969.546,12	243.702.570,84	6,67

Fonte: Demonstrativo Patrimonial PP/CETIL 2021

Em 2021 o grupo de contas “**Veículos**” representa aproximadamente 32,34% do valor bruto contábil dos bens móveis do Município. Essa conta contempla todos os veículos de tração mecânica e embarcações em geral.

A Administração Direta (UG-00 – demais Secretarias, exceto SEMED, SEMUSA) detém a carga patrimonial da maior parte dos bens móveis desta municipalidade, sendo **56%** de veículos, **89%** dos demais bens móveis, **56%** máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas, **52%** de móveis e utensílios e **49%** de bens de informática.

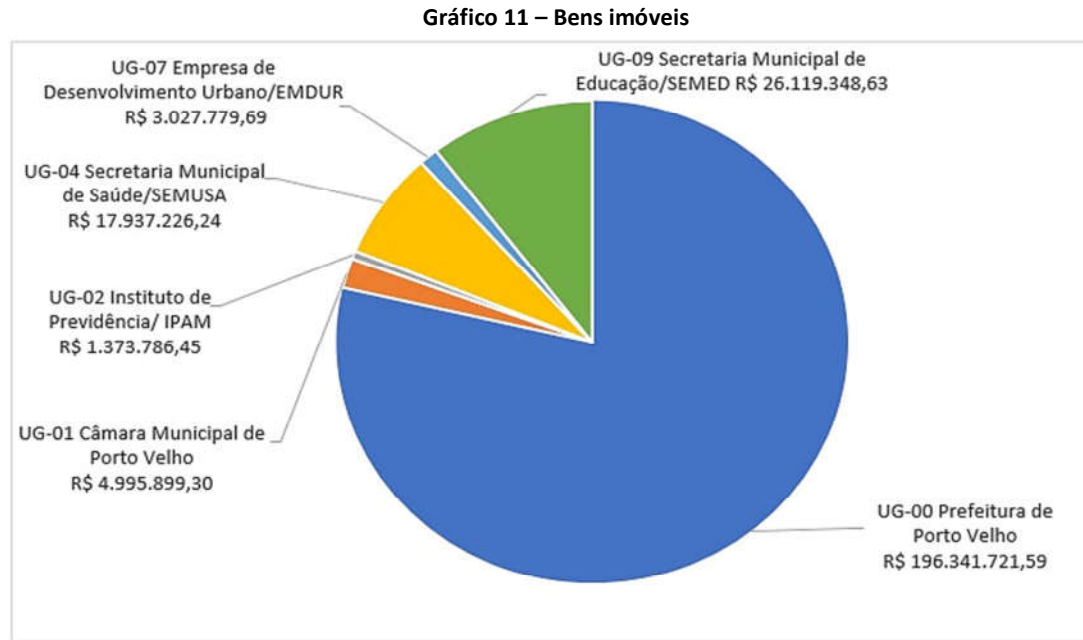
Importante esclarecer que, para fins de correção de nomenclatura de classes, durante o exercício de 2021, diversos bens foram reclassificados, em especial, bens que envolveram as classes de **Máquinas, aparelhos e equipamentos**(nível 1.2.3.1.1.1.01.00.00.00) e **Demais bens móveis**(nível 1.2.3.1.1.99.00.00.00).



O TC 15 – INVENTÁRIO DE BENS MÓVEIS corresponde ao montante do **R\$ 259.969.546,12**, que é resultado do valor bruto de bens móveis de **R\$ 345.760.588,68** (nível 1.2.3.1.0.00.00.00.00.00) **deduzido** o valor depreciado de **R\$ 85.791.042,56** (nível 1.2.3.8.1.01.00.00.00.00).

b) BENS IMÓVEIS (II)

Em 31/12/2021, o valor líquido contábil dos bens imóveis do Município totaliza **R\$ 249.795.761,90** (duzentos e quarenta e nove milhões, setecentos e noventa e cinco mil, setecentos e sessenta e um reais e noventa centavos) distribuídos nas Unidades Gestoras UG-00; UG-01; UG-02; UG-04; UG-07; e UG-09 conforme gráfico abaixo:



Fonte: Demonstrativo Patrimonial PP/CETIL 2021

A composição desses imóveis é apresentada na tabela a seguir.



Tabela 26 – Bens imóveis

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Bens Imóveis em Andamento	123.895.915,64	49.681.651,27	149,38
Bens de Uso Especial	78.823.258,22	58.226.653,03	35,37
Bens de Uso Comum do Povo	37.881.943,49	37.881.943,49	-
Demais Bens Imóveis	8.871.287,84	40.794.270,20	-78,28
Instalações	1.257.121,99	794.353,22	58,26
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	-	99.313,27	-100,00
Total Bruto (I)	250.729.527,18	187.478.184,48	33,74
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (II)	933.765,28	610.787,93	52,88
Total Líquido (III = I - II)	249.795.761,90	186.867.396,55	33,68

Fonte: Demonstrativo Patrimonial PP/CETIL 2021

Durante o exercício de 2021, esta municipalidade retomou os trabalhos de inventários, avaliações e reclassificações de bens móveis e imóveis, de forma que, nesta prestação de contas, o **TC 16 – INVENTÁRIO DE BENS ÍMÓVEIS** corresponde ao montante de **R\$ 249.795.761,90** que é resultado do valor bruto de **R\$ 250.729.527,18** (nível 1.2.3.2.0.00.00.00.00.00) **deduzido** o valor depreciado de **R\$ 933.765,28** (nível 1.2.3.8.1.02.00.00.00.00).

Informamos também que, para correta classificação de nomenclatura de classes, diversos bens imóveis foram reclassificados, em especial, bens que estavam registrados como **DEMAIS BENS IMÓVEIS** (nível 1.2.3.2.1.99.00.00.00.00) foram reclassificados para **BENS DE USO ESPECIAL** (nível 1.2.3.2.1.01.00.00.00.00) e **BENS DE USO COMUM DO POVO** (nível 1.2.3.2.1.0500.00.00.00).

Os gastos como obras não finalizadas são apropriados temporariamente na conta de “**obras em andamento**” até a completa conclusão das obras, que posteriormente, em função da reavaliação, são reclassificados para respectiva conta de bens imóveis. Deste modo, esclarecemos também que durante o exercício de 2022, diversas obras serão reclassificadas para “bens de uso especial”, “comum do povo”.

A partir do Exercício de 2014 o Departamento de Contabilidade da Prefeitura de Porto Velho iniciou os trabalhos para normatização e aplicação dos procedimentos para depreciação, amortização e exaustão, com adequações no Sistema de Bens Patrimoniais, bem como no aperfeiçoamento dos reconhecimentos e contabilização das reavaliações dos bens permanentes. Todo processo de implantação deu início em atendimento a Instrução Normativa nº 30/TCE/RO-2012 que determina aos Poderes e Órgãos estaduais e municipais do Estado de Rondônia a adoção obrigatória dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais e Específicos a que se referem as Portarias STN 406/2011, 828/2011 e 231/2012.



Assim, em 2015, o Município de Porto Velho elaborou um Decreto nº 13.934, publicado no Diário Oficial do Município nº 5.016 em 28/07/2015, o qual dispõe sobre a gestão dos bens móveis de material permanente, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de bens públicos, estabelece inclusive sobre a classificação de material para fins de controle do orçamento público, de apropriação contábil da despesa e de administração patrimonial no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal. Em arremate, foi elaborado ainda em 2015, a Instrução Normativa nº 005/2015 (DOM nº 5.056 de 23/09/15) que institui procedimentos de depreciação e avaliação dos bens móveis e da inserção das taxas de depreciação e registro de lançamentos contábeis padronizados no âmbito dos órgãos e unidades administrativas do Município de Porto Velho.

Atualmente, os bens móveis do Município, adquiridos após o inventário anual de 2015, são cadastrados no sistema de controle patrimonial com os índices de depreciação, conforme vida útil e valor residual. E os bens que já estavam registrados, anteriores ao inventário de 2015, foram efetuados os procedimentos inicialmente de reavaliação, atualizando seus valores ao mercado atual, e, após a reavaliação desses bens, aplicou-se as taxas de depreciação.

3.3.6. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Passivo Não Circulante compreende os passivos exigíveis após 12 meses da data das demonstrações contábeis. É composto pelas obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Tabela 27 – Composição do Passivo Não Circulante

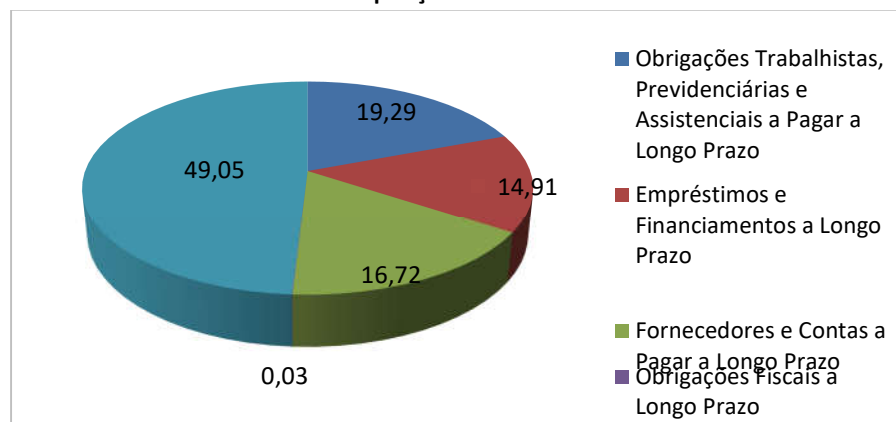
Passivo Não Circulante	2021	%	2020	%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	186.547.857,28	19,29	25.096.647,63	4,22
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	144.195.788,71	14,91	120.111.813,22	20,18
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	161.762.676,50	16,72	111.029.081,21	18,65
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	319.989,02	0,03	343.002,58	0,06
Provisões a Longo Prazo	474.489.737,18	49,05	338.732.315,67	56,90
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	0,00	-	0,00
Total do Ativo Não Circulante	967.316.048,69	100,00	595.312.860,31	100,00

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2021



O Passivo Não Circulante tem como item mais representativo as Provisões a Longo Prazo, no valor de R\$474.489.737,18, representando 49,05% do Passivo Não Circulante.

Gráfico 12 – Composição do Passivo Não Circulante



Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2021

3.3.6.1. Provisões a Longo Prazo

As Provisões Matemáticas Previdenciárias representam o total dos recursos necessários ao pagamento das obrigações futuras relativas aos benefícios previdenciários, que serão pagos pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) aos segurados. Os valores são calculados atuarialmente, em geral uma vez ao ano, em valor presente.

Segundo os cálculos atuariais, a contabilização das Provisões Matemáticas Previdenciárias segue o regramento e as contas contábeis aplicáveis ao Plano Financeiro, ou seja, o resultado atuarial não causa impacto no patrimônio do Município de Porto Velho, tendo em vista a existência da conta redutora dos valores decorrentes da provisão de cobertura da insuficiência financeira.

No grupo Passivo Provisões a Longo Prazo, estão registradas as Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo, que evidenciam os valores de benefícios previdenciários estimados a serem pagos ao longo do período de 75 anos e a forma como serão custeados.

O montante de R\$ 4.900.439.259,77 representa o valor provisionado a ser pago, sendo R\$ 1.568.363.073,22 de benefícios concedidos e R\$ 3.332.076.186,55 de benefícios a conceder. Esse montante é custeado pelos servidores ativos, inativos e pensionistas no valor de R\$ 576.919764,13, pela compensação entre



os regimes de previdência no montante de R\$ 487.018,26, pela Prefeitura Municipal como ente patrocinador do regime no montante de R\$ 530.866.786,76 e pelo patrimônio do regime no valor de R\$ 474.489.737,18, que totaliza R\$ 1.582.763.306,33.

Entretanto, essas contribuições e compensações não são suficientes para cobrir o montante de R\$ R\$ 4.900.439.259,77, o que gerou um déficit previdenciário matemático atuarial de R\$ 3.317,675.953,44, a ser custeado pelo Tesouro do Município ao longo do período de 75 anos. Considerando-se o reconhecimento contábil dessa insuficiência financeira, o saldo final da provisão é de R\$ 474.489.737,18, que representa o patrimônio do regime. Abaixo a memória de cálculo e quadro completo do plano de contas das Provisões Matemáticas Previdenciárias a longo prazo.

Tabela 28 – Memória de Cálculo das Provisões Matemáticas Previdenciárias a LP

MONTANTE A SER PAGO (A)			
BENEFÍCIO	PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
CONCEDIDO	1.538.608.263,72	29.754.809,50	1.568.363.073,22
A CONCEDER	2.089.645.630,52	1.242.430.556,03	3.332.076.186,55
TOTAL (A)	3.628.253.894,24	1.272.185.365,53	4.900.439.259,77

FONTES DE RECURSOS / CUSTEIO (B)			
FONTES	PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
SERVIDOR INATIVO	45.561.554,64	214.570,88	45.776.125,52
PENSIONISTA	12.628.804,68	-	12.628.804,68
SERVIDOR ATIVO	126.193.790,74	392.321.043,19	518.514.833,93
ENTE - PMPV	126.193.790,74	404.672.996,02	530.866.786,76
COMPENS. PREV.	-	487.018,26	487.018,26
PATRIMÔNIO DO RPPS	-	474.489.737,18	474.489.737,18
TOTAL (B)	310.577.940,80	1.272.185.365,53	1.582.763.306,33



(Continuação)

INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A-B)			
BENEFÍCIO	PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
CONCEDIDO	(1.480.417.904,40)	-	(1.480.417.904,40)
A CONCEDER	(1.837.258.049,04)	-	(1.837.258.049,04)
TOTAL (A-B)	(3.317.675.953,44)	-	(3.317.675.953,44)

Nota: O valor a ser pago é de R\$ 4.900.439.259,77; as fontes de custeio somam R\$ 1.582.763.306,33, o que gera uma insuficiência financeira de R\$ 3.317,675.953,44.

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	474.489.737,18	338.732.315,67
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	474.489.737,18	338.732.315,67
PROVISÕES A LONGO PRAZO	474.489.737,18	338.732.315,67
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	474.489.737,18	338.732.315,67
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	474.489.737,18	338.732.315,67
PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-	-
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	1.538.608.263,72	1.429.968.396,47
(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	(45.561.554,64)	(41.899.652,46)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	(12.628.804,68)	(11.217.587,28)
(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	(1.480.417.904,40)	(1.376.851.156,73)
PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	-	0,02
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2.089.645.630,52	1.786.684.808,33
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	(126.193.790,74)	(132.892.554,32)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	(126.193.790,74)	(132.892.554,32)
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-	-
(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	(1.837.258.049,04)	(1.520.899.699,67)



PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	29.540.238,62	28.120.806,83
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	29.754.809,50	28.324.233,83
(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(214.570,88)	(203.427,00)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-	-
PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	444.949.498,56	310.611.508,82
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	1.242.430.556,03	1.062.300.596,53
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(404.672.996,02)	(380.916.910,68)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(392.321.043,19)	(370.355.767,61)
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(487.018,26)	(416.409,42)
TOTAL	474.489.737,18	338.732.315,67

Na avaliação atuarial do exercício de 2021, a cobertura da insuficiência financeira ficou em R\$ 3.317,675.953,44, enquanto que em 2020 foi de R\$ 2.897.750.856,40.

Assim, cabe destacar que o valor da insuficiência financeira apurada na avaliação atuarial realizada em 2021 foi de R\$ 3.317,675.953,44, sendo esse valor registrado de acordo com o plano de contas dos regimes de previdência nas contas redutoras, de acordo com a legislação vigente. Com isso, está sendo excluído o efeito patrimonial do reconhecimento da provisão matemática previdenciária.

3.3.6.2. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo

Representando o segundo item mais relevante, com aproximadamente 19,29% do valor bruto contábil do Passivo Não Circulante, as obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais é a que apresenta a maior variação percentual no longo prazo em relação ao exercício anterior. Do montante de R\$ 186.547.857,28, a variação mais expressiva em termos absolutos ocorreu na rubrica Contribuições Previdenciárias - Débito Parcelado (nível: 2.2.1.4.1.01.00.00.00) no valor de R\$ 164.451.121,71 ou 88,15% do total. Esta rubrica representa os parcelamentos previdenciários de longo prazo e deve-se principalmente pelos seguintes registros:

- I. Termo de Acordo para Parcelamento de Débitos, no exercício de 2021, entre o Município de Porto Velho e o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores/IPAM, autorizado pela Lei Complementar nº 835 de 08 de janeiro de 2021 a ser repassado mensal e sucessivamente em 240 parcelas com início em fevereiro e totalizando em 31/12/2021 (R\$ 155.577.057,01);
- II. Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários, entre o Município de Porto Velho e o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores/IPAM, autorizado pela Lei Complementar nº 382 de 24 de junho de 2010, no que diz respeito parte patronal dos servidores, a ser pago em até 240 parcelas mensais e sucessivas iniciando em setembro/2010 e que totalizou em 31/12/2021 o valor de R\$ 6.955.406,78;



III. Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários, entre o Poder Legislativo Municipal e o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores/IPAM, autorizado pela Lei Complementar nº 290 de 29 de novembro de 2007 a ser pago em até 240 meses, totalizando em 31/12/2021 o valor de R\$ 1.569.858,35; e

IV. Processo nº 02.41.00128/2017, Outros Encargos, entre Empresa de Desenvolvimento Urbano/EMDUR e Receita Federal do Brasil/RFB que totaliza em 31/12/2021 o valor de R\$ 348.799,57.

Compõem ainda o item obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais as rubricas Precatórios de Pessoal - Regime Especial - A Partir De 05/05/2000 - Vencidos E Não Pagos (nível: 2.2.1.1.1.03.00.00.00.00) no valor de R\$ 21.222.383,49 que representa 11,38% do total e as Contribuições Sociais - Débito Parcelado (nível: 2.2.1.4.1.02.00.00.00.00) no valor de R\$ 130.299,43.

3.3.6.3. Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Esta conta representa 16,72% do Passivo Não Circulante. Nela constam os lançamentos dos seguintes Precatórios, ao quais totalizam 161.762.676,50.

Tabela 28 – Precatórios de Fornecedores LP

Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débitos	Créditos	Saldo Atual	D/C
PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL	106.941.269,18	C	1.006.805,30	48.792.200,08	154.726.663,96	C
PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 5/ 5/2 - VENCIDOS E NÃO PAGOS	106.318.930,26	C	974.273,25	48.638.091,05	153.982.748,06	C
PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 5/ 5/2 - NÃO VENCIDOS	622.338,92	C	32.532,05	154.109,03	743.915,90	C
PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS- REGIME ESPECIAL	2.569.459,97	C	3.575.750,44	7.507.950,95	6.501.660,48	C
PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 5/ 5/2 - NÃO VENCIDOS	2.569.459,97	C	3.575.750,44	7.507.950,95	6.501.660,48	C

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública-CPCetel (GOVBR) – Exercício 2021

O valor de R\$ 534.352,06 que fecha o total da conta de fornecedores e contas a pagar a longo prazo está registrado como renegociação de dívidas com fornecedores, sendo representado por um parcelamento junto a Centrais Elétricas de Rondônia S/A – Ceron, contrato “CERON UNN/001/2003”, que em sua Cláusula Terceira, descreve que a dívida consolidada e confessada pelo devedor será quitada no prazo de 20 (vinte) anos, com 15 (quinze) meses de carência



e em 225 (duzentas e vinte e cinco) parcelas, da qual cabe ressaltar que ao final de 2021 a Prefeitura do Município de Porto Velho pagou 206 (duzentas e seis) parcelas, correspondendo a 91,56% do contrato, restando 19 (dezenove) parcelas a pagar.

Ainda em relação aos precatórios, importante registrar que o Município de Porto Velho optou pelo Regime Especial de Pagamento de Precatórios, instituído pelo artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009 e posteriormente alterada pela Emenda 94/2016 e mais recentemente pela Emenda 99/2017.

No Município a opção foi formalizada através do Decreto nº 11.588, de 09 de março de 2010. Na prática, no regime eleito o ente deposita mensalmente, em uma conta bancária administrada pelo Tribunal de Justiça de Rondônia, um determinado percentual da receita corrente líquida, calculado sobre 1/12 (um doze avos) dessa mesma receita, apurada no segundo mês anterior ao mês de pagamento/depósito. Nesse mesmo sentido é a redação dos artigos 97, 2º, do ADCT e 19, caput, da Resolução 115/2010, editada pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução CNJ 115/2010).

Nesse contexto, cabe destacar os registros contábeis relacionados aos precatórios realizados no exercício de 2021, em conformidade com as informações fornecidas pela Procuradoria Geral do Município – PGM por meio do **Ofício 136/DCP/PGM/2021, de 30/12/2021 (com anexos de I a VIII)**, que trata sobre a Evidenciação do Valor de Precatórios – Prestação de Contas de 2021.

De acordo com o PLANO DE PAGAMENTO DE 2022 do Município de Porto Velho elaborado pelo Tribunal de Justiça de Rondônia de “forma substitutiva”, acostado ao Pedido de Providências nº 0000577-62.2018.8.22.000 em 26.12.2021, o valor da dívida consolidada até 01.07.2021 alcança R\$ 347.161.090,63 (trezentos e quarenta e sete milhões, cento e sessenta e um mil, noventa reais e sessenta e três centavos), dos quais foram deduzidos os valores pagos de caráter humanitário na importância de R\$ 1.870.210,58 (hum milhão, oitocentos e setenta mil, duzentos e dez reais e cinquenta e oito centavos)

O Departamento de Cálculos e Precatórios – DCP da PGM, por sua vez, elaborou o último Plano de Pagamento para o ano de 2021, apurando como devido o montante de R\$ 193.154.364,42 (cento e noventa e três milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e dois centavos). Ressalta-se que a diferença em tela se dá em razão da distinção entre as metodologias adotadas pelo Município de Porto Velho e Tribunal de Justiça.

Diante disso, a seguir apresenta-se a composição do saldo de precatório registrado no exercício de 2021.



Tabela 29 – Composição do Saldo de Precatórios

COMPOSIÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS		
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>
PRECATÓRIOS QUE COMPÕE A DIVIDA CONSOLIDADA	162.209.805,50	257.566.003,29
PRECATÓRIOS QUE NÃO COMPÕE A DIVIDA CONSOLIDADA	30.604.445,10	16.289.852,79
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	26.552.154,78	8.300.223,76
PRECATORIOS POSTERIORES A 05/05/05 (NÃO INCLUIDOS NA DCL)	4.052.290,32	7.989.629,03
TOTAL	192.814.250,60	273.855.856,08
MOVIMENTAÇÃO DA CONTA DE PRECATÓRIOS		
1)SALDO ANTERIOR	346.388.268,69	192.814.250,60
(-) Pagamentos de Precatório conforme Ofício 136/DCP/PGM/2021	30.816.234,23	19.000.392,36
(-) Pgto Humanitários/ Antecipação - Anexo I	1.379.193,54	1.870.210,57
(-) Pgto de Precatorios pago pelo TJRO - Anexo V	29.437.040,69	17.130.181,78
(-) VPA Ajustes de Precatórios	139.329.189,89	12.819.091,35
(+) VPD Atualização monetária de Precatório	16.571.406,03	112.861.089,19
2)Total da Movimentação de Precatório	192.814.250,60	273.855.856,08
3)Saldo Final de Precatórios contabilizado	192.814.250,60	273.855.856,08
(=)Divergência (2-3)	-	-
4) Valor devido a títulos de Precatórios *(item a - Ofício 136/DCP/PGM/2021)	345.290.880,06	
(-) Saldo de Precatórios não localizados até 31/12/2021(não cadastrados)**	8.026.404,68	
(-) Saldo de Precatório com baixa integral pelo pagamento, porém constam com saldo na PGM atualizado em 01/07/2021***	66.242.968,50	
(+) Cadastro de Precatório após 01/07/2021 na Contabilidade, não constam na PGM atualizado em 01/07/2021****	2.834.349,20	
5) Saldo total devido a título de precatório pelo Municipio de Porto Velho	273.855.856,08	
(=)Divergência (3-5)	-	

*Valores corrigidos em consonância com Saldo Final da planilha de Cálculos elaborados pelo Municipio de Porto Velho do Plano de Pgto 2021/PGM - (Anexo I)



**Precatório não cadastrados, dados do favorecido insuficientes. Para efetuar a devida contabilização do cadastro de precatório, precisa-se dos dados do Processo, Natureza, valor original, valor corrigido até a data atual e nome completo do favorecido.

*** Conforme Anexo V o valor total de pgto (baixa integral) é de R\$ 17.130.181,78, porém o plano de pgto conforme Anexo I, atualizado em 01/07/2021 constam alguns precatórios que ainda restam saldo para pgto, totalizando um saldo de R\$ 66.242.968,50, conforme abaixo:

FAVORECIDO	Processo	PAGTO TJ	Pagto Humanitário 01/07/2021	TOTAL PGM SALDO PRECATÓRIO 01/07/2021	CP EM 31.12.2021
ESPOLIO DE FRANCISCO PEREIRA CALDAS	2000545-58.1997.8.22.0000	-14.853.690,77	0,00	57.964.876,45	0,00
SINDEPROF RO SUBST.ABADIA LUZIA DE CAMPOS E OUTROS	0117140-29.2003.5.14.0004	-650.470,69	0,00	7.842.743,05	0,00
ADELAOR FERNANDES DE FARIAS - PROC.	0011464-52.2011.8.22.0000	-64.975,60	0,00	256.162,53	0,00
EDUARDO DE OLIVEIRA E OUTROS	0804910-53.2020.8.22.0000	-57.215,41	0,00	89.632,68	0,00
MANOEL FLORIANO DOS SANTOS - PROC. 0802332-54.2019.8.22.0000	0802332-54.2019.8.22.0000	-69.203,87	0,00	89.553,79	0,00

A transferência para curto prazo foi efetuada com base no saldo atual da Conta de Depósitos Compulsórios, conta de Ativo Circulante, nível 1.1.3.5.1.08 – Conta Especial – Precatórios que em 31/12/2021, apresentou um saldo disponível de R\$69.835.365,94, e considerando os depósitos que serão feitos no decorrer de 2022, darão suporte para pagamento dos precatórios supracitados.

Tabela 30 – Saldo Atual da Conta de Depósitos Compulsórios

Nível Contábil	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débitos	Créditos	Saldo Atual	D/C
1.0.0.0.00.00.00.00.00	ATIVO	53.203.243,17	D	35.632.515,12	19.000.392,35	69.835.365,94	D
1.1.0.0.00.00.00.00.00	ATIVO CIRCULANTE	53.203.243,17	D	35.632.515,12	19.000.392,35	69.835.365,94	D
1.1.3.0.00.00.00.00.00	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	53.203.243,17	D	35.632.515,12	19.000.392,35	69.835.365,94	D
1.1.3.5.00.00.00.00.00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	53.203.243,17	D	35.632.515,12	19.000.392,35	69.835.365,94	D
1.1.3.5.1.00.00.00.00.00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - CONSOLIDAÇÃO	53.203.243,17	D	35.632.515,12	19.000.392,35	69.835.365,94	D
1.1.3.5.1.08.00.00.00.00	CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	53.203.243,17	D	35.632.515,12	19.000.392,35	69.835.365,94	D
1.1.3.5.1.08.01.00.00.00	CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	53.203.243,17	D	35.632.515,12	19.000.392,35	69.835.365,94	D
Total Geral		53.203.243,17	D	35.632.515,12	19.000.392,35	69.835.365,94	

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública-CPCetel (GOVBR) – Exercício 2021



A movimentação detalhada da referida conta no exercício de 2021 pode ser demonstrada da seguinte forma:

Tabela 31 – Movimentação da Conta Especial de Precatórios

MOVIMENTAÇÃO DA CONTA ESPECIAL DE PRECATÓRIOS (1.1.3.5.1.08.01)*	
Saldo Anterior 31/12/2020	R\$ 53.203.243,17
(-) Pagamentos de Precatório conforme Ofício 003/DCP/PGM/2021	R\$ 19.000.392,36
(-) Pgto Humanitários/ Antecipação - Anexo I	R\$ 1.870.210,57
(-) Pgto de Precatorios pago pelo TJRO - Anexo V	R\$ 17.130.181,78
(+)Ajuste do Saldo Final	R\$ 35.632.515,13
(=) SALDO FINAL EM 31/12/2021	R\$ 69.835.365,94

*Compreende valores de depósitos compulsórios, de acordo com a legislação em vigor, de atributo financeiro, onde foi contabilizado a quantia que foi depositada até 31/12/2021 em conta especial para pagamento de precatórios, uma vez que constitui numerário nas contas de precatórios da Prefeitura de Porto Velho, controladas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

Fonte: Ofício 136/DCP/PGM/2021

Os depósitos são realizados em contas administradas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na Caixa Econômica Federal, em atendimento ao disposto no inciso I do § 1º do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da constituição federal e demais instrumentos indicados nos parágrafos anteriores.

Importante registrar que o saldo de R\$ 69.835.365,94 da Conta Especial – Precatórios se encontra em consonância com a soma dos saldos das contas correntes em que os depósitos supracitados são realizados (R\$ 53.612.833,80 + R\$ 16.222.532,13), conforme demonstrado a seguir:



Serviços de Depósitos Judiciais

CAIXA Extrato

Data de Emissão: 28/12/2021 - Hora: 12:21:02 #10

Conta 2848 / 040 / 01518832-4

Processo

Tribunal TJ RONDONIA
 Vara TRIBUNAL DE JUSTICA - PORTO VELHO/RO
 Número do Processo 00739385320138221111
 Número Único do Processo 00739385320138221111

Partes	Nome/ Razão Social	CPF/ CNPJ
Autor	TRIBUNAL DE JUSTICA - PREGATORIOS	
Réu	MUNIC DE PORTO VELHO	

Saldo (R\$)	
Disponível	R\$ 53.612.833,80 C
Bloqueado	R\$ 0,00
Total	R\$ 53.612.833,80 C

Serviços de Depósitos Judiciais

CAIXA Extrato

Data de Emissão: 28/12/2021 - Hora: 12:20:01 #10

Conta 2848 / 040 / 01531493-1

Processo

Tribunal TJ RONDONIA
 Vara PLENO ADMINISTRATIVO - PORTO VELHO/RO
 Número do Processo 00739410820138221111
 Número Único do Processo 00000000000000000000

Partes	Nome/ Razão Social	CPF/ CNPJ
Autor	TRIBUNAL DE JUSTICA DE RONDONIA	111.111.111-11
Réu	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PORTO VELHO	05.903.125/0001-45

Saldo (R\$)	
Disponível	R\$ 16.222.532,13 C
Bloqueado	R\$ 0,00
Total	R\$ 16.222.532,13 C





3.3.6.4. Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Em 31/12/2021, o montante de empréstimos e financiamentos contraídos pelo município aumentou 20,05% em comparação ao exercício encerrado de 2020, totalizando R\$ 144.195.788,71. Quanto ao instrumento utilizado para a captação dos recursos, a Dívida Mobiliária Contratual (que ocorre por meio de contratos), é representada praticamente em sua totalidade (99,37%) ou R\$ 143.296.462,16 pela rubrica Financiamentos internos a Longo Prazo (nível: 2.2.2.3.1.01.00.00.00) composta pelos contratos:

- I. Pró-Moradia Zona Leste – Contrato nº 2627.0238.671-40/2008, autorizado pela Lei Complementar nº 1.768 de 07 de fevereiro de 2008 a ser pago em até 240 meses, totalizando em 31/12/2021 o valor de R\$ 1.569.858,35;
- II. Pró-Moradia Zona Sul – Contrato nº 2627.0238.669-08/2008, autorizado pela Lei Complementar nº 1.768 de 07 de fevereiro de 2008 a ser pago em até 240 meses, totalizando em 31/12/2021 o valor de R\$ 21.637.351,68;
- III. Pró-Moradia Zona Norte – Contrato nº 2627.0238.670-36/2008, autorizado pela Lei Complementar nº 1.768 de 07 de fevereiro de 2008 a ser pago em até 240 meses, totalizando em 31/12/2021 o valor de R\$ 3.109.196,44;
- IV. Pró-Transporte Zona Leste – Contrato nº 0349.656-05/12, autorizado pela Lei Complementar nº 1.918 de 23 de dezembro de 2010 alterada pela Lei Complementar nº 1.985 de 13 de fevereiro de 2012, a ser pago em até 240 meses, totalizando em 31/12/2021 o valor de R\$ 17.390.051,33;
- V. Pró-Transporte Zona Sul – Contrato nº 0349.657-19/12, autorizado pela Lei Complementar nº 1.918 de 23 de dezembro de 2010 alterada pela Lei Complementar nº 1.985 de 13 de fevereiro de 2012, a ser pago em até 240 meses, totalizando em 31/12/2021 o valor de R\$ 13.503.187,22;
- VI. Pró-Transporte Flamboyant – Contrato nº 0349.655-92/12, autorizado pela Lei Complementar nº 1.918 de 23 de dezembro de 2010 alterada pela Lei Complementar nº 1.985 de 13 de fevereiro de 2012, a ser pago em até 240 meses, totalizando em 31/12/2021 o valor de R\$ 13.129.469,06;
- VII. FINISA 1 – Contrato nº 0531669-DV-28, (Financiamento a Infraestrutura e ao Saneamento) autorizado pela Lei Complementar nº 2.620 de 19 de julho de 2019, a ser pago em até 96 meses, totalizando em 31/12/2021 o valor de R\$ 26.625.000,00;
- VIII. FINISA 2 – Contrato nº 0552585-DV-53, (Financiamento a Infraestrutura e ao Saneamento) autorizado pela Lei Complementar nº 2.620 de 19 de julho de 2019, a ser pago em até 96 meses, totalizando em 31/12/2021 o valor de R\$ 17.000.000,00;

Compõem ainda o item empréstimos e financiamentos a longo prazo a rubrica Outros Contratos - Empréstimos Internos (nível: 2.2.1.1.1.03.00.00.00) no valor de R\$ 21.222.383,49 ou (11,38%) do total e as Contribuições Sociais - Débito Parcelado (nível: 2.2.2.1.4.02.98.00.00) com a dívida Ressarcimento Convenio nº 415/PGE/2011 no valor de R\$ 899.326,55.



3.3.7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido compreende o valor residual dos Ativos depois de deduzidos todos os Passivos, podendo evidenciar uma Situação Patrimonial Positiva ou uma Situação Patrimonial Negativa. O Balanço Patrimonial no exercício de 2021, apresentou em seu ativo o montante de R\$2.000.838.841,14, enquanto o passivo totalizou R\$ 1.124.444.352,54, tendo como resultado um patrimônio líquido positivo no montante de R\$876.394.488,60.

Tabela 32 – Saldo do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido

ATIVO							
Nível Contábil	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débitos	Créditos	Saldo Atual	D/C
1.0.0.0.0.00.00.00.00.00	ATIVO	2.108.299.405,23	D	17.221.458.554,22	17.328.919.118,31	2.000.838.841,14	D

PASSIVO							
Nível Contábil	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débitos	Créditos	Saldo Atual	D/C
2.1.0.0.0.00.00.00.00.00	PASSIVO CIRCULANTE	120.588.773,09	C	3.073.088.566,97	3.109.628.097,73	157.128.303,85	C
2.2.0.0.0.00.00.00.00.00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	595.312.860,31	C	514.228.624,64	886.231.813,02	967.316.048,69	C
	Total Geral	715.901633,40	C	3.587.317.191,61	3.995.859.910,75	1.124.444.352,54	D

PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Nível Contábil	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débitos	Créditos	Saldo Atual	D/C
2.3.0.0.0.00.00.00.00.00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.392.397.771,83	C	4.979.432.048,62	4.463.428.765,39	876.394.488,60	C

PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débitos	Créditos	Saldo Atual	D/C	
PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.108.299.405,23	C	8.566.749.240,23	8.459.288.676,14	2.000.838.841,14	C	

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública-CP Cetil (GOVBR) – Exercício 2021

A situação patrimonial positiva demonstrada na tabela acima foi calculada conforme o modelo de Balanço Patrimonial implementado pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, parte V - Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público e conforme Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 04 - Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial, que não considera os empenhos a liquidar que foram inscritos em restos a pagar (não processados) como parte componente do passivo circulante, somente os empenhos que foram liquidados (processados) são considerados obrigações a pagar (passivo).



No entanto, para atender a Lei 4.320/64, especificamente ao § 2º do art. 43, quanto ao cálculo do superávit financeiro, existe o quadro anexo ao Balanço Patrimonial denominado “Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes” que considera os restos a pagar não processados como obrigações a pagar, sendo que ficam registrados no passivo financeiro.

Quadro 04 - Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/64

ATIVO (I)	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Financeiro	1.309.235.089,25	1.150.822.128,63
Ativo Permanente	691.603.751,89	957.477.276,60
Total do Ativo	2.000.838.841,14	2.108.299.405,23
PASSIVO (II)		
Passivo Financeiro	267.672.258,58	204.988.865,90
Passivo Permanente	970.712.880,97	595.312.860,31
Total do Passivo	1.238.385.139,55	800.301.726,21
Saldo Patrimonial (I - II)	762.453.701,59	1.307.997.679,02

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2021

Considerando a Lei 4.320/64 quanto à apuração da situação patrimonial o resultado passa a ser de R\$762.453.701,59, ainda positivo, porém com o valor menor do que o apurado anteriormente. A diferença entre o valor apurado conforme o MCASP e a Lei 4.320/64 de R\$ 113.940.787,01 (R\$876.394.488,60-R\$762.453.701,59) é exatamente o valor de restos a pagar não processados inscritos no exercício de 2021 que passaram para o exercício de 2022.

O quadro dos ativos e passivos financeiros é utilizado para efetuar o cálculo do superávit ou déficit financeiro do exercício, e conforme o § 2º do art. 43 da Lei 4.320/64, este valor é obtido pela diferença positiva (superávit) ou negativa (déficit) entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo financeiro	1.309.235.089,25	1.150.822.128,63
Passivo financeiro	267.672.258,58	204.988.865,90
Superávit	1.041.562.830,67	945.833.262,73

O Superávit ou Déficit Financeiro é demonstrado por fonte/destinação de recursos no quadro anexo ao Balanço Patrimonial denominado “QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO”, onde podemos visualizar que houve superávit financeiro no exercício de 2021 na ordem de R\$1.041.562.830,67.

A apuração das variações patrimoniais pode ser visualizada no Demonstrativo das Variações Patrimoniais do exercício de 2021.



O valor apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais denominado “Resultado Patrimonial do Período” que é a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Variações Patrimoniais Diminutivas foi de R\$-517.074.672,72, ou seja, as variações diminutivas foram maiores do que as aumentativas influenciando diretamente na diminuição do Patrimônio Líquido demonstrado no Balanço Patrimonial, ou seja, foi apurado um Déficit no exercício de 2021.

Resultado Patrimonial do Período - 2021	
Total das VPAs	3.574.079.161,15
Total das VPDs	4.091.153.833,87
RESULTADO	-517.074.672,72

O patrimônio líquido também sofre influencia dos Ajustes realizados no exercício de 2021 referentes a exercícios anteriores, esta conta interfere diretamente no patrimônio, sendo utilizada para reconhecer efeitos de mudanças de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Os ajustes de exercícios anteriores totalizaram o valor de R\$1.071.389,49 a crédito no grupo de patrimônio líquido, ou seja, com a mesma influencia de uma variação patrimonial aumentativa, alterando positivamente o patrimônio.

Os ajustes, juntamente com o Déficit apurado na DVP de R\$-517.074.672,72, alteraram o patrimônio em R\$ 516.003.283,23.

O patrimônio líquido passou então de R\$ 1.392.397.771,83 em 2020 para R\$ 876.394.488,60 em 2021 como reflexo do déficit apurado na DVP mais a variação aumentativa dos ajustes de exercícios anteriores.

3.3.8. CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Compreendem as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos. Os Atos Potenciais compreendem os atos que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, como por exemplo, direitos e obrigações conveniados ou contratados, responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros, garantias e contragarantias recebidas e concedidas.

3.3.9. ATOS POTENCIAIS ATIVOS

Compreendem os atos que podem vir a afetar positivamente o patrimônio e os Atos Potenciais Passivos compreendem os atos que podem vir a afetar negativamente o patrimônio.



3.4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 05 - Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais.

3.4.1. A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as alterações verificadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o Resultado Patrimonial do Período pelo confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA e Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD.

3.4.2. As contas das VPAs são organizadas para registrar os atos e fatos relativos aos acréscimos no benefício econômico, resultante da entrada de recurso (acréscimo do patrimônio líquido), redução do passivo ou aumento do ativo.

3.4.3. As contas das VPDs são organizadas para registrar os atos e fatos relativos aos decréscimos no benefício econômico, resultante da saída de recurso (decréscimo do patrimônio líquido), redução de ativo ou aumento do passivo.

3.4.4. A DVP tem função semelhante à DRE – Demonstração do Resultado do Exercício do Setor Privado. Porém, é relevante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no Setor Público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais, efetuadas através de incorporações e desincorporações ou baixas.

3.4.5. O Resultado Patrimonial apurado neste Anexo 15, Demonstração das Variações Patrimoniais da Lei 4.320/64 deve ser somado aos ajustes de exercícios anteriores, conta 1572 – Nível 2.3.7.1.1.03.00.00.00.00, para fins do cálculo da Variação do Patrimônio do exercício de 2021.

3.4.6. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Abaixo a composição das contas das Variações Patrimoniais Aumentativas:

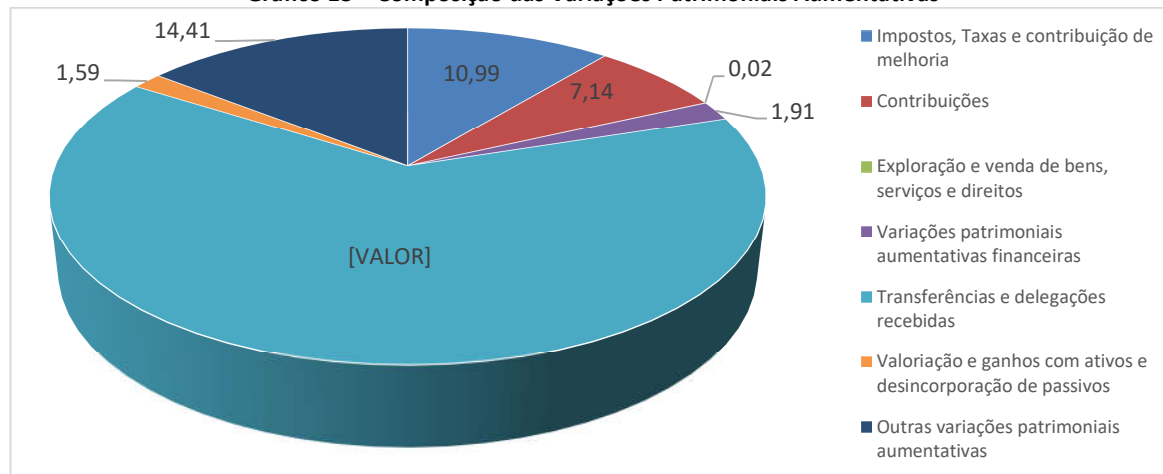


Tabela 33 - Composição das contas das Variações Patrimoniais Aumentativas

Variações Patrimoniais Aumentativas	Valor	%
Impostos, Taxas e contribuição de melhoria	392.948.894,32	10,99
Contribuições	255.127.849,07	7,14
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	613.398,28	0,02
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	68.221.299,62	1,91
Transferências e delegações recebidas	2.285.319.421,65	63,94
Valoração e ganhos com ativos e desincorporação de passivos	56.798.390,02	1,59
Outras variações patrimoniais aumentativas	515.049.908,19	14,41
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas	3.574.079.161,15	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2021

Gráfico 13 – Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2021

Nas Variações Patrimoniais Aumentativas a conta com o maior valor individualmente é a de Transferências e delegações recebidas, conforme tabela abaixo.

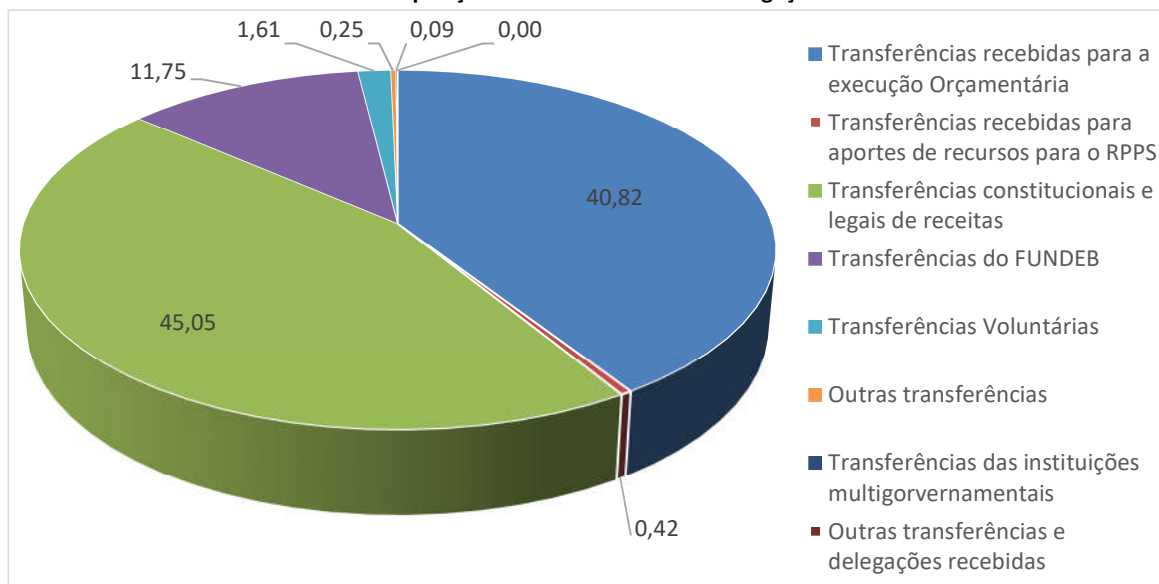


Tabela 34 – Composição das Transferências e Delegações Recebidas

Transferências e delegações recebidas	Valor	%
Transferências recebidas para a execução Orçamentária	932.876.005,65	40,82
Transferências recebidas para aportes de recursos para o RPPS	9.644.467,69	0,42
Transferências constitucionais e legais de receitas	1.029.520.182,34	45,05
Transferências do FUNDEB	268.596.222,79	11,75
Transferências Voluntárias	36.899.582,23	1,61
Outras transferências	5.723.657,93	0,25
Transferências das instituições multigovernamentais	2.052.112,02	0,09
Outras transferências e delegações recebidas	7.191,00	0,00
Total das Transferências e delegações recebidas	2.285.319.421,65	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2021

Gráfico 14 – Composição das Transferências e Delegações Recebidas



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2021



3.4.7. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

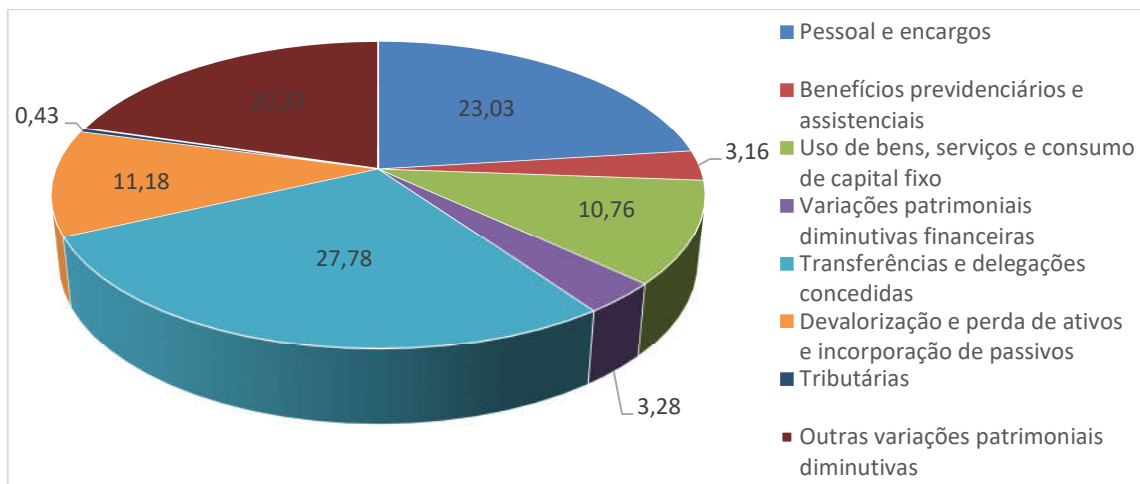
Abaixo a composição das contas das Variações Patrimoniais Diminutivas

Tabela 35 – Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas

Variações Patrimoniais Diminutivas	Valor	%
Pessoal e encargos	942.062.521,53	23,03
Benefícios previdenciários e assistenciais	129.377.798,82	3,16
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	440.310.817,09	10,76
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	134.327.386,25	3,28
Transferências e delegações concedidas	1.136.686.269,10	27,78
Devalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	457.431.734,77	11,18
Tributárias	17.778.761,60	0,43
Outras variações patrimoniais diminutivas	833.178.544,71	20,37
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas	4.091.153.833,87	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2021

Gráfico 15 – Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2021



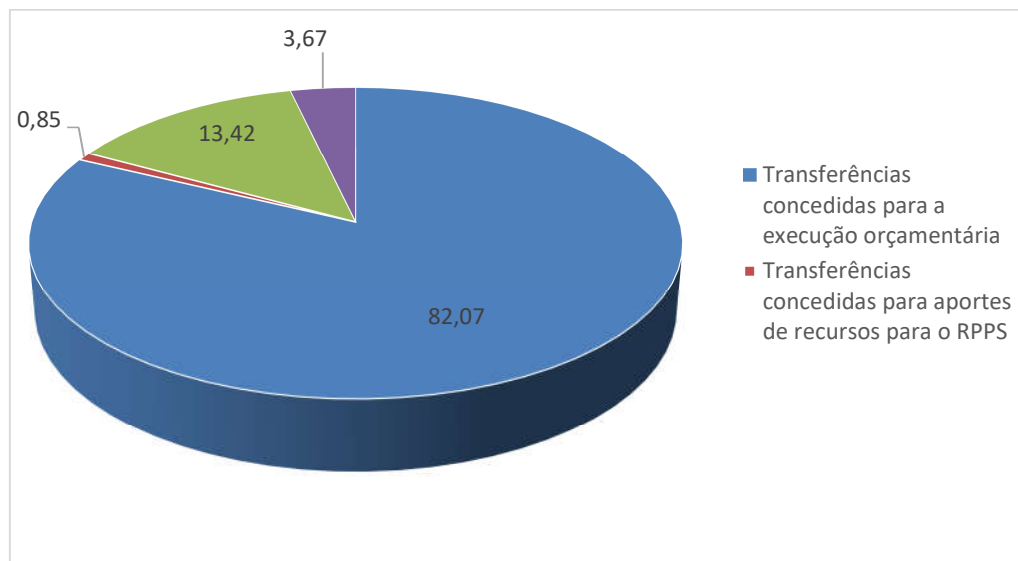
Nas Variações Patrimoniais Diminutivas as contas com os maiores valores são as de Transferências e delegações concedidas e de Pessoal e encargos, conforme tabela abaixo.

Tabela 36 - Transferências e Delegações Concedidas

Transferências e delegações concedidas	Valor	%
Transferências concedidas para a execução orçamentária	932.876.005,65	82,07
Transferências concedidas para aportes de recursos para o RPPS	9.644.467,69	0,85
Transferências ao FUNDEB	152.489.754,07	13,42
Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	41.676.041,69	3,67
Total das Transferências e delegações concedidas	1.136.686.269,10	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2021

Gráfico 16 – Composição das Transferências e Delegações Concedidas



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2021

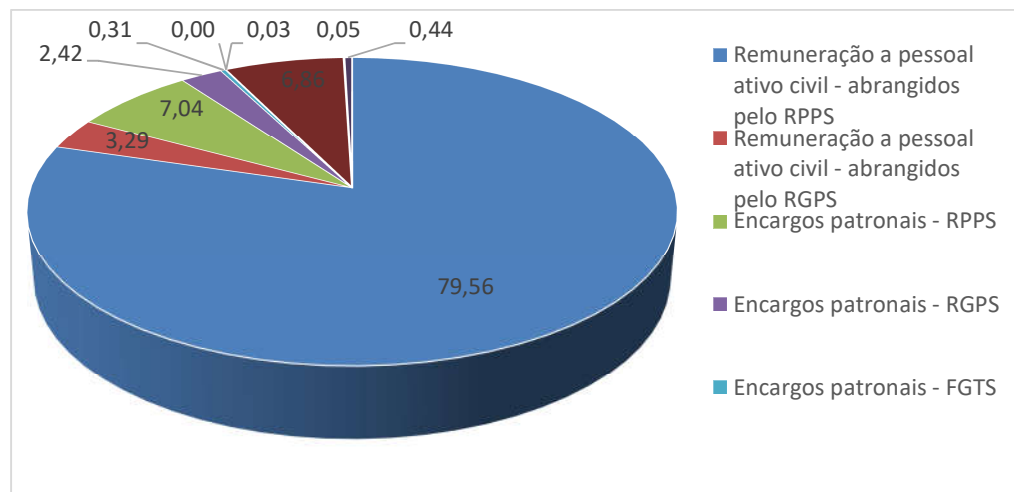


Tabela 37 – Composição do Total de Pessoal e Encargos

Pessoal e encargos	Valor	%
Remuneração a pessoal ativo civil - abrangidos pelo RPPS	749.483.096,27	79,56
Remuneração a pessoal ativo civil - abrangidos pelo RGPS	31.003.883,90	3,29
Encargos patronais - RPPS	66.279.483,70	7,04
Encargos patronais - RGPS	22.806.360,82	2,42
Encargos patronais - FGTS	2.919.441,29	0,31
Outros encargos patronais	10,67	0,00
Benefícios a pessoal - RPPS	301.096,89	0,03
Indenizações e restituições trabalhistas	64.625.046,95	6,86
Pessoal requisitado de outros órgãos e entes	470.537,48	0,05
Outras VPD de pessoal e encargos	4.173.563,56	0,44
Total de Pessoal e encargos	942.062.521,53	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2021

Gráfico 17 – Composição de pessoal e encargos



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2021



3.4.8. RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO

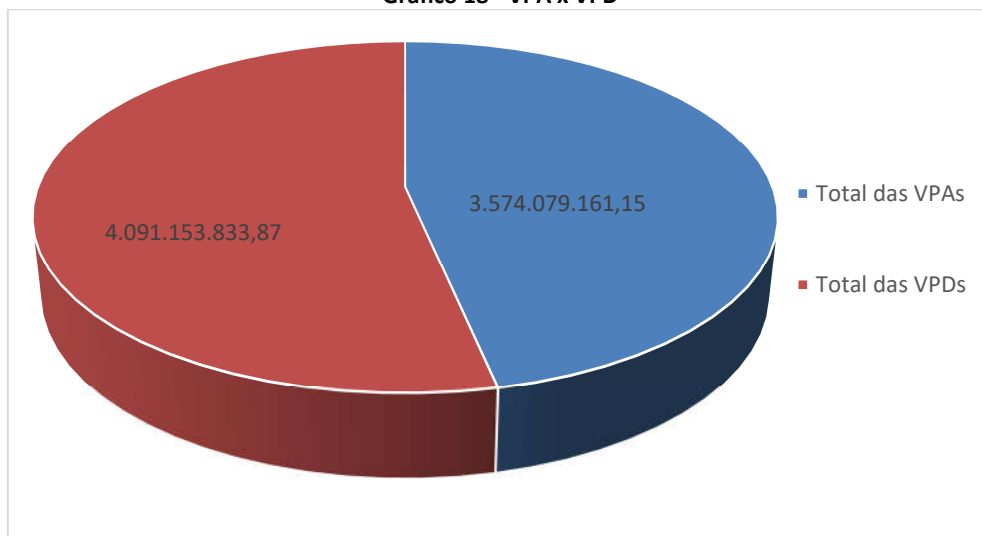
O valor apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais denominado “Resultado Patrimonial do Período” que é a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Variações Patrimoniais Diminutivas foi de R\$ 517.074.672,72 negativo, ou seja, as variações aumentativas foram menores que as diminutivas influenciando diretamente na diminuição do Patrimônio Líquido demonstrado no Balanço Patrimonial, ou seja, foi apurado um Déficit no exercício de 2021.

Tabela 38 – Resultado Patrimonial

Resultado patrimonial do período - 2021	Valor
Total das VPAs	3.574.079.161,15
Total das VPDs	4.091.153.833,87
Resultado Patrimonial do Exercício 2021	-517.074.672,72

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2021

Gráfico 18 - VPA x VPD



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2021



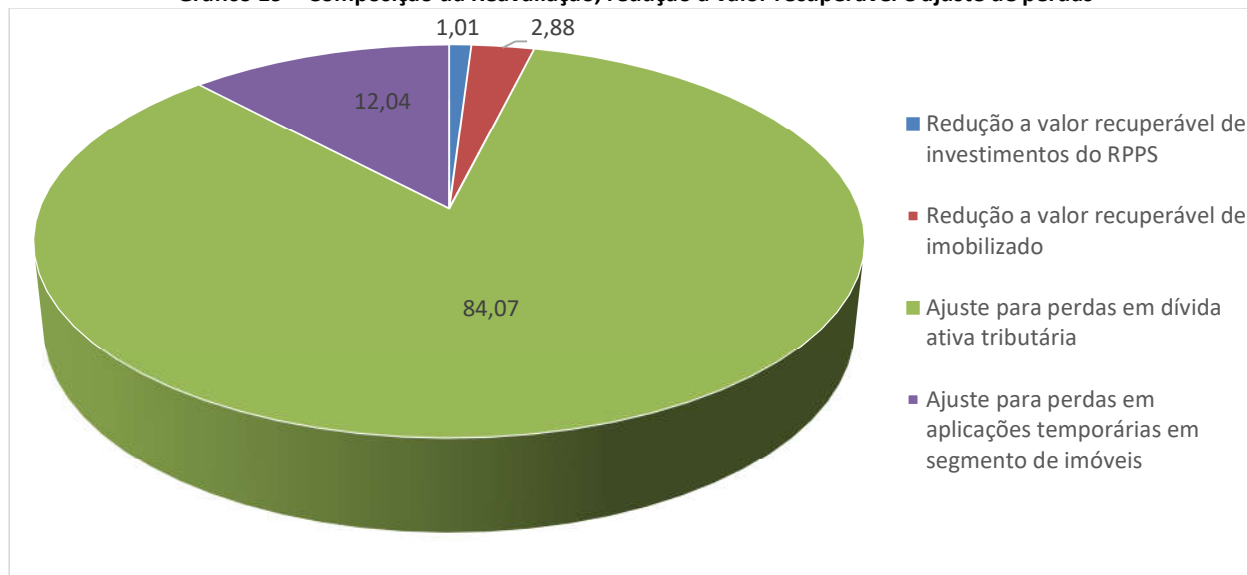
3.4.9 REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE DE PERDAS

Tabela 39 - Composição da Reavaliação, redução a valor recuperável e ajuste de perdas

Reavaliação, redução a valor recuperável e ajuste para perdas	Valor	%
Redução a valor recuperável de investimentos do RPPS	4.451.247,60	1,01
Redução a valor recuperável de imobilizado	12.627.488,80	2,88
Ajuste para perdas em dívida ativa tributária	369.082.328,53	84,07
Ajuste para perdas em aplicações temporárias em segmento de imóveis	52.835.967,92	12,04
Total das Reavaliações, redução a valor recuperável e ajuste para perdas	438.997.032,85	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2021

Gráfico 19 – Composição da Reavaliação, redução a valor recuperável e ajuste de perdas



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2021



Os valores de R\$ 4.451.247,60 e 52.835.967,92 referem-se a lançamentos de perdas com investimentos do RPPS, que são lançados mensalmente conforme se verifica se houve ou não perdas. Estes registros são feitos em atendimento a Instrução de Procedimentos Contábeis IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS e Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP.

A redução a valor recuperável de imobilizado no montante de R\$ 12.627.488,80 refere-se a ajustes de inventário na Secretaria Municipal de Saúde UG 4, sendo R\$ 3.313.570,56 ajuste na conta de máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas (10881), R\$ 2.850.973,56 na conta de móveis e utensílios (10883), R\$ 229.338,10 na conta de materiais culturais, educacionais e de comunicação (10884), R\$ 4.188.716,78 na conta de veículos (10885), R\$ 4.707,48 na conta de bens móveis em almoxarifado (10888) e R\$ 2.030.171,41 na conta de demais bens móveis (10891). Na Unidade Gestora 12 – Agência de Desenvolvimento de Porto Velho – ADPVH houve ajuste de R\$ 5.747,72 na conta de bens de informática (10882) e R\$ 4.263,19 na conta de móveis e utensílios (10883).

Quanto ao Ajuste para perdas em dívida ativa tributária no valor de R\$ 369.082.328,53, a 8ª edição do MCASP, aprovada pela Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, não especifica uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, cabendo a cada ente a escolha da metodologia que melhor retrate a expectativa de recebimento dos créditos inscritos. Conforme regem as normas contábeis, torna-se necessário o reconhecimento dos riscos, os quais são registrados em contas de ajustes de perdas. A metodologia utilizada nessas demonstrações é a média ponderada dos recebimentos com relação aos montantes inscritos dos três últimos exercícios, sendo que a memória de cálculo está atuada no processo 06.02262/2021.

3.4.10. DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS

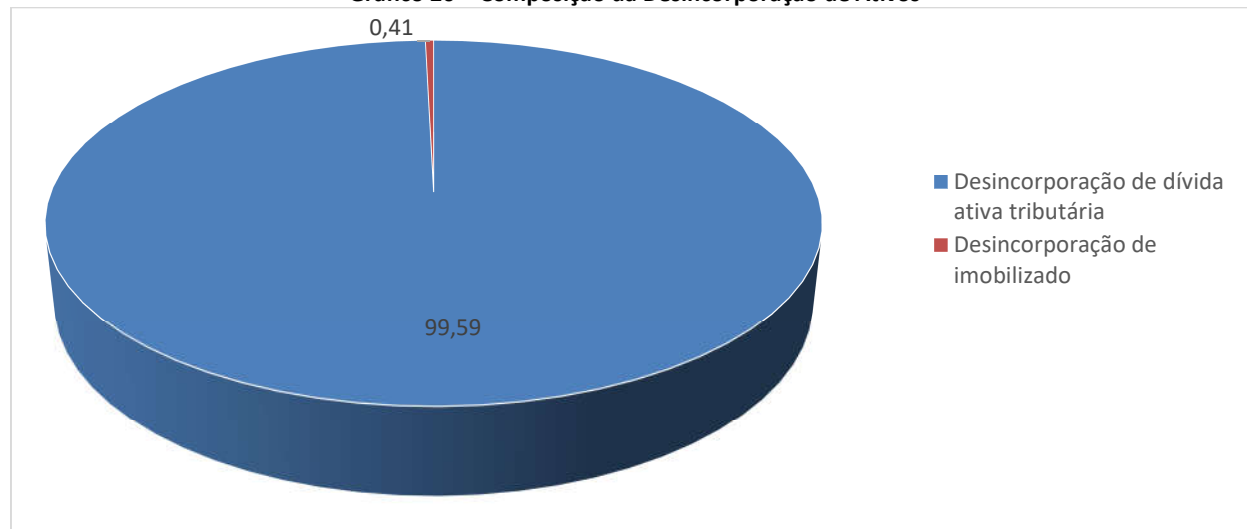
Tabela 40 – Composição da Desincorporação de Ativos

Desincorporação de Ativos	Valor	%
Desincorporação de dívida ativa tributária	18.321.787,16	99,59
Desincorporação de imobilizado	74.712,24	0,41
Total da Desincorporação de Ativos	18.396.499,40	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2021



Gráfico 20 – Composição da Desincorporação de Ativos



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2021

Os valores cancelados no exercício de 2021, que totalizam R\$ 18.321.787,16, se referem ao cancelamento da Dívida Ativa Tributária a título de baixas por prescrição, isenções/imunidade e cumprimento de determinação judicial, reconhecidos através dos processos administrativos 06.00070/2022, 06.00072/2022 e 06.00073/2022 (IPTU); 06.00067/2022 e 06.00068/2022 (ITU); 06.00070/2022 e 06.00074/2022 (TRSD); 06.00070/2022 e 06.00071/2022 (ISS); 06.00071/2022 (Alvará de Funcionamento e Demais Taxas); 06.00070/2022 (COSIP); 06.00070/2022 e 06.00071/2022 (Auto de Infração) e 06.00069/2022 (Foros).

A desincorporação de Imobilizado no valor de R\$ 74.712,24 foi realizado pelas seguintes Unidades Gestoras: UG 2 – IPAM – Fundo Administração, valor de R\$ 53.065,97 e UG 3 – IPAM – Fundo de Assistência à Saúde, valor de R\$ 21.237,42 conforme memorando nº 30/DSGP/GEAD/2021, Portaria nº 520/2021, Decreto nº 2.078/I e Relatório da Comissão de Desfazimento de Bens Inservíveis 2021 (f. 37-41), bem como regularização de lançamento de imobilizado referente ao processo nº 2021.67.1205552PA e empenho nº 10/2007. Também foi baixado o valor de R\$ 408,85 na UG 12 – Agência de Desenvolvimento de Porto Velho – ADPVH, referente a baixa de impressora multifuncional color CX-410, placa de registro 001/008.



3.4.11. REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS

Tabela 41 – Composição da Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas

Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	Valor	%
Reversão de provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo	470.801.330,26	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2021

O Valor de R\$ 470.801.330,26 refere-se a ajustes na conta Reversão de provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo, sendo que os lançamentos foram subsidiados conforme demonstrativos das provisões matemáticas assinado por Antônio Mário Rattes de Oliveira, Atuário responsável.

Na Unidade Gestora 10 – IPAM – Fundo Previdenciário Financeiro foi lançada a reversão no valor de R\$ 424.998.216,62 e na Unidade Gestora 11 – IPAM – Fundo Previdenciário Capitalizado foi lançado R\$ 45.803.113,64.

3.4.12. VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES

O valor de R\$ 606.558.751,77 refere-se a ajustes na conta VPD de provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo, sendo que os lançamentos foram subsidiados conforme demonstrativos das provisões matemáticas assinado por Antônio Mário Rattes de Oliveira, Atuário responsável.

Na Unidade Gestora 10 – IPAM – Fundo Previdenciário Financeiro foi lançada a provisão no valor de R\$ 424.998.216,60 e na Unidade Gestora 11 – IPAM – Fundo Previdenciário Capitalizado foi lançado R\$ 181.560.535,17.

3.4.13. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O patrimônio líquido também sofre influência dos Ajustes realizados no exercício de 2021 referentes a exercícios anteriores, esta conta interfere diretamente no patrimônio, sendo utilizada para reconhecer efeitos de mudanças de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Os ajustes de exercícios anteriores totalizaram o valor de R\$ 1.071.389,49 a crédito no grupo de patrimônio líquido, ou seja, com a mesma influencia de uma variação patrimonial aumentativa, alterando positivamente o patrimônio.

Os ajustes, juntamente com o Déficit apurado na DVP de R\$ 517.074.672,72, alteraram o patrimônio em R\$ 516.003.283,23 negativamente.

O patrimônio líquido passou então de R\$ 1.392.397.771,83 em 2020 para R\$ 876.394.488,60 em 2021 como reflexo do déficit apurado na DVP mais a variação aumentativa dos ajustes de exercícios anteriores.



3.5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 08 - Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (versão Janeiro/2020) e Manual de Orientação da Prestação de Contas do Executivo Municipal -TCERO.

3.5.1. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento, é elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

3.5.2. A soma dos três fluxos deverá corresponder à diferença entre o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício em relação ao saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício anterior.

3.5.3. FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL

No Fluxo de Caixa Operacional os ingressos, estão compostos pelas Receitas Correntes e de Capital, as Transferências Correntes, as Transferências Intragovernamentais, que são os repasses financeiros recebidos pelas entidades consolidadas do Poder Executivo. Os ingressos operacionais são as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências correntes recebidas; e os desembolsos das operações compreendem as despesas relativas às atividades operacionais, demonstrando os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida, as transferências concedidas e demais desembolsos das operações.

3.5.4. FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Compreendem os ingressos referentes às receitas de alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos e os desembolsos compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes e as concessões de empréstimos e financiamentos.

3.5.5. FLUXOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Compreendem os ingressos referentes a obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Já os desembolsos de atividades de financiamentos compreendem as despesas com amortização e refinanciamento da dívida.



3.5.6. CRITÉRIOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

- a) No Fluxo das Atividades Operacionais, podemos observar a composição dos ingressos, onde a receita é apresentada por sua natureza, novo modelo de apresentação definido pela atualização da IPC 06 - versão 2020.
- b) O Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas corresponde às transferências financeiras recebidas da União e dos Estados mais as transferências intragovernamentais, que apresenta o valor total de transferências entre as unidades gestoras do Município mais outras transferências correntes recebidas e concedidas.
- c) O valor total de Transferências Intragovernamentais recebidas concilia com saldo total das Transferências Financeiras Recebidas na coluna ingressos do Balanço Financeiro, assim como, o valor total de Transferências Intragovernamentais Concedidas também deve coincidir com o valor total de transferências financeiras concedidas na coluna dispêndios do Balanço Financeiro.
- d) Os desembolsos operacionais é composto pela da soma das despesas com pessoal e demais despesas por função, juros e encargos da dívida, transferências concedidas mais outros desembolsos operacionais, onde engloba os Pagamentos de Restos a Pagar no exercício e outros pagamentos extra orçamentários, que se referem a depósitos restituíveis e valores vinculados, são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam a geração líquida de caixa e equivalente de caixa.
- e) O total da despesa corrente paga no exercício foi de **R\$ 1.566.977.865,01** é o somatório da despesa de Pessoal e encargos sociais no valor de R\$ 977.817.476,26 mais juros e outas despesas correntes de R\$ 589.160.388,75 conforme apresentado na imagem 01 abaixo. No Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, este valor corresponde ao somatório das despesas do Quadro Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por função no valor de R\$991.311.312,17 (despesas 3.1 + 3.3), mais o Quadro Juros e Encargos da Dívida de R\$13.493.835,91(despesas 3.3).



Imagem 01 – Composição da Despesa Total: Funções por Natureza

	Pessoa e Encargos Sociais		Juros/Encargos e Outras Desp.Corr.	Despesa Paga		Amort.Div. e Outras Desp.Cap.
				Investimentos	Inversoes Financeiras	
Legislativa	31.946.070,20	7.744.544,39		450,00		
Administracao	260.995.003,59	114.165.325,84		1.278.325,53		
Assistencia Social		5.741.660,87		300.708,06		
Previdencia Social	135.504.653,15	3.378.420,19		40.258,00		
Saude	270.875.458,85	186.499.673,75		5.393.691,85		
Trabalho		1.395,83				
Educacao	265.363.080,72	101.407.570,11		1.701.385,32		
Cultura	1.509.809,42	2.451.282,85				
Direitos da Cidadania		47.781,20				
Urbanismo	10.238.470,22	80.743.189,12		55.637.395,76		1.164.103,37
Habitacao		913.142,43		5.484.486,24		
Saneamento				470.779,20		
Gestao Ambiental		722.612,36		234.710,47		
Ciencia e Tecnologia						
Agricultura		7.515.005,74		1.533.585,20		
Industria		242.180,00				
Comercio e Servicos		1.476.060,45				
Transporte		1.793.874,60		1.855.961,07		
Desporto e Lazer		1.746.376,30		435.081,61		
Encargos Especiais	1.384.930,11	72.570.292,72				19.484.146,46
Reservas						
Total	977.817.476,26	589.160.388,75		74.366.818,31	0,00	20.648.249,83

*Despesas pagas no Ano: Pessoal 3.1 = R\$ 977.817.476,26, Juros e Encargos da Dívida 3.2 = R\$ 13.493.835,91, Outras Despesas Correntes 3.3 = R\$ 575.666.552,84

Fonte: Sistema CP Cetil - GOVBR

- f) No Demonstrativo apresentado de despesas por função (Imagem 01), pode-se observar que maior parte das despesas pagas, é no fluxo operacional, sendo do valor total pago de R\$ 1.566.977.865,01.
- g) Além disso, R\$ 32.156.135,13 referente a despesas pagas de restos a pagar de anos anteriores referente a pessoal e outras despesas correntes também computam no fluxo operacional da entidade.
- h) Do total de despesas pagas no ano mais restos a pagar no fluxo operacional totalizam R\$ 1.599.134.000,14, sendo despesas de Pessoal e Encargos Especiais R\$ 977.817.476,26, de Juros e encargos da Dívida R\$ 13.493.835,91, de Outras Despesas Correntes R\$ 575.666.552,84 e mais Restos a Pagar ref. a despesas operacionais R\$ 32.156.135,13.
- i) Do total dos desembolsos operacionais, as despesas pagas com Pessoal e demais despesas correntes correspondem a 24,67%.



- j) O fluxo líquido das atividades operacionais no exercício de 2021 foi de R\$ 264.779.641,97 que corresponde à diferença entre os ingressos operacionais R\$ 6691.394.462,11 e desembolsos no valor de R\$ 6426614820,14, evidenciando o quanto o Município gerou de caixa suficiente para amortizar dívidas, manter a capacidade de expansão das despesas com recursos próprios e fazer novos investimentos.
- k) Assim, observando os dados acima temos o seguinte:

Tabela 42 – Despesa Total Paga (Despesas do ano)

DESCRIÇÃO	VALOR	%
Pessoal e Encargos Sociais (natureza da despesa 3.1)	977.817.476,26	58,83
Juros/ Encargos e Outras Despesas Correntes (natureza da despesa 3.2 +3.3) ²	589.160.388,75	35,44
Investimentos (natureza da despesa 4.4)	74.366.818,31	4,47
Inversões Financeiras (natureza da despesa 4.5)	0,00	-
Amortização da Dívida e outras despesas de capital (natureza da despesa 4.6)	20.648.249,83	1,26
TOTAL DA DESPESA PAGA	1.661.992.933,15	100,00

²Total da Despesa paga nas naturezas de despesas correntes 3.2 e 3.3, sendo R\$ 13.493.835,91 referente a juros e encargos da dívida (3.2.00.00.00.00.00) e R\$ 575.666.552,846 referente a outras despesas correntes (3.3.00.00.00.00.000).

Fonte: Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada – Exercício 2021

- l) As Atividades de Investimento são os gastos efetuados no Realizável a Longo Prazo, em Investimentos, no Imobilizado. No Fluxo das Atividades de Investimento do Município em 2021, houve ingressos referente à Alienação de Bens no valor de R\$ 743.225,75. Os desembolsos de investimento, que correspondem a Aquisição de Material Permanente, representado pela natureza de despesa de capital 4.4, no montante de R\$ 74.366.818,31 que corresponde o valor total da despesa paga nos elementos 44.90.52 (Aquisição de Material Permanente R\$ 19.259.943,32) , bem como o pagamento no elemento 44.90.40 (Serviços de Tecnologia PJ R\$ 305.434,94) e 44.90.30 (Material de Consumo R\$ 31.059404,22) mais as despesas pagas referente a empenhos de anos anteriores (restos a pagar) mas que são despesas de investimento 4.4 no total de 27.959.514,24, totalizando um déficit nas atividades de investimentos de R\$ 101.583.106,80.
- m) As Atividades de Financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e Financiamentos, os ingressos de Financiamentos totalizam em R\$ 29.978.644,16, que corresponde ao Pro Moradia (Receita 146) R\$ 2.032,896,98, Pro Transporte (Receita 249 - contrato de Operação de Crédito Interna, com a Caixa Econômica - Contrato nº 0349-655-92/2012 Pro Transporte)no valor de R\$ 2.062.214,66, Finisa I (Receita 147 - Contrato nº0531669-28/2019 Programa de Infraestrutura e Saneamento) R\$ 8.883.532,52 e Finisa II (Receita 245) R\$ 17.000.000,00. E os desembolsos de Financiamentos no valor total pago de R\$ 20.705.965,04 , corresponde ao Principal da Dívida Contratual Resgatada mais à Correção Monetária ou Cambial da Dívida Contratual resgatada. O Município em 2021 captou mais empréstimos e financiamentos do que efetuou pagamentos de dívidas contraídas, gerando um superávit nas atividades de financiamento de R\$ 9.272.679,12 .



n) Vale analisar que, mesmo que as despesas de pessoal representem 58,83% do total da despesa paga, os ingressos operacionais superaram os desembolsos, apresentando um fluxo líquido positivo das atividades operacionais no valor de R\$ 264.779.641,97 juntamente com fluxo positivo nas atividades de financiamento de R\$ 9.272.679,12, pode-se afirmar que esse confronto entre os fluxos amenizou uma parte do déficit no fluxo de caixa de investimento de - R\$ 101.583.106,80.

3.5.7. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL

O saldo dessa conta deve conciliar com o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa do Balanço Patrimonial. Sabendo que, Depósitos Restituíveis e valores Vinculados, apesar de não compor o Caixa e Equivalente de Caixa do BP, apresentam um saldo de numerário disponível, nas contas correntes de propriedade Prefeitura de Porto Velho, pois constitui numerário nas contas de precatórios do Município, porém administrada pelo Tribunal de Justiça de Rondônia.

Além disto, os Investimentos e Aplicações Financeiras RPPS, que apesar de estarem no Balanço Patrimonial, em outro nível do Ativo Circulante, são disponibilidades financeiras, de livre movimentação e, portanto “caixa e equivalente de caixa”.

Para melhor apresentação do confronto entre os saldos de caixa dos demonstrativos, tem-se a apresentação da tabela abaixo, onde demonstra que a diferença da conta “CAIXA” entre os demonstrativos não existe, visto que o que acontece é apenas a apresentação diferenciada dessa conta em cada demonstrativo. Cabe mencionar que, o Saldo da Conta Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (NC 1.1.3.5) estão apresentados em destaque no Balanço Financeiro, porém no Balanço Patrimonial ela compõe o saldo da conta Crédito a Curto Prazo.

Tabela 43 – Confronto dos Saldos de Caixa

DESCRIÇÃO	saldo anterior	saldo atual
1. Caixa e Equivalente de Caixa (Balanço Financeiro) - composição por nível de contas no PCASP	1.136.810.027,10	1.309.235.089,25
Nível 1.1.1.1.1.19 - Banco conta corrente	2.130.069,69	43.069.794,14
Nível 1.1.1.1.1.50 - Banco conta aplicação	373.708.866,27	473.217.246,28
Nível 1.1.4 - Aplicações RPPS	706.168.031,19	721.512.866,11
Nível 1.1.3.5 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	54.803.059,95	71.435.182,72
2. Caixa e Equivalente de Caixa (Balanço Patrimonial)	1.136.810.027,10	1.309.235.089,25
Caixa e Equivalentes de Caixa	375.838.935,96	516.287.040,42
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	54.803.059,95	71.435.182,72
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	706.168.031,19	721.512.866,11
3. Caixa e Equivalente de Caixa Final (Demonstração Fluxo de Caixa)	1.136.810.027,10	1.309.235.089,25
Geração Líquida de Caixa (Demonstração Fluxo de Caixa)	82.777.252,53	172.425.062,15
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	1.054.032.774,57	1.136.810.027,10
(=) Divergência entre saldos BFxBP (1-2)	0,00	0,00
(=) Divergência entre saldos BFxDfC (1-3)	0,00	0,00
(=) Divergência entre saldos BFxDfC (2-3)	0,00	0,00



Por fim, não é demais frisar que em observância a Instrução de Procedimento Contábil – IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro, a movimentação da Conta Depósitos Restituíveis e valores Vinculados deve ser evidenciada no Balanço Financeiro como na DFC, visto que se trata de recebimentos extra orçamentários, pois conforme o PCASP 2020 compreende os valores de depósitos e cauções efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo. Essa informação também deverá constar na DFC, visto que, a exclusão desse valor no Demonstrativo de Fluxo de Caixa - DFC poderia gerar análise de forma equivocada quanto à disponibilidade de caixa do município.

3.7. PROVIDÊNCIAS EM RELAÇÃO AOS ACÓRDÃOS ANTERIORES

Em relação aos Achados de Auditoria de exercícios anteriores, especificamente quanto aos aspectos financeiros e contábeis, ratificamos que os mesmos foram atendidos ou estão em andamento, a exemplo das normatizações das rotinas e procedimentos que estão sendo uniformizados pelo Departamento de Contabilidade Central – DEC/SEMFAZ e disponibilizados no site <https://semfaz.portovelho.ro.gov.br/> (aba - Departamento de Contabilidade Central).

3.8 RELATÓRIOS FISCAIS

3.8.1. RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO

3.8.1.1. Anexo III: Receita Corrente Líquida – 6º bimestre/2021

a) Outras Deduções Cota Parte do FPM -Próprio conforme orientação Técnica nº 01/2019/MPC-RO, de 30/12/2019.

Em virtude da orientação técnica nº01/2019/MPC – RO houve a necessidade de incluir na Dedução uma linha no valor de R\$ 5.268.161,28 que refere-se a devolução de repasse do FUNDEB tendo em vista que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE constatou divergências no repasse financeiro do fundo, no que tange à cota parte do IPVA aos Municípios de Rondônia, que foram creditados, equivocadamente, na conta do ICMS dos Municípios nos exercícios de 2016, 2017 e 2018, e que posteriormente se verificou-se que tais diferenças a menor ocorreram de 2010 até 2018.



O Município de Porto Velho firmou termo de compromisso interinstitucional com o Estado de Rondônia para devolver os valores repassados equivocadamente na conta do ICMS, sendo que o valor está sendo descontado dos repasses da Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios – FPM parceladamente.

Estado de Rondonia		Balancete da Receita		Dezembro/2021		Folha: 1
Prefeitura Municipal de Porto Velho						
Unidade Gestora: CONSOLIDADO						
Receita	Descricao	Previsto Liquido	Arrecadado no Mes	Arrecadado no Ano	Diferenca	
1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte Fundo Participacao dos Municipios - Cota Mensal	241.275.211,00	31.747.668,68	314.521.791,39	73.246.580,39	
1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal	241.275.211,00	31.747.668,68	314.521.791,39	73.246.580,39	
1.7.1.8.01.2.1.01.00.00	Cota Parte do FPM - Proprio					
70 Fonte: 1000	Recursos do Tesouro - Recurso	108.990.793,00	14.727.743,53	145.906.659,32	36.915.866,32	
(-) Outras Deducoes da Receita						
1.7.1.8.01.2.1.01.00.00	Cota Parte do FPM - Propri					
70		0,00	439.013,44	5.268.161,28	5.268.161,28	
	Subtotal	0,00	439.013,44	5.268.161,28	5.268.161,28	

Fonte: CP/Balancete da Receita

No exercício de 2021 o Município de Porto Velho teve descontadas 12 parcelas no valor de R\$ 439.013,44 (quatrocentos e trinta e nove mil, treze reais e quarenta e quatro centavos), cada uma, perfazendo o total de R\$ 5.268.161,28 (Cinco milhões, duzentos e sessenta e oito mil, cento e sessenta e um reais e vinte e oito centavos), conforme imagem abaixo:



Prefeitura Municipal de Porto Velho-RO Relatório Resumido da Execução Orçamentária Demonstrativo da Receita Corrente Líquida Orçamento Fiscal e da Seguridade Social Janeiro/2021 a Dezembro/2021 RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, inciso I)									
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

DEDUÇÕES (II)	20.762.605,10	13.589.085,19	29.976.941,95	28.714.860,26	28.296.314,71	29.200.833,26	322.443.576,16
Contribuição do Servidor para Plano de Previdência	19.799.988,76	29.772.413,92	24.978.386,69	22.384.565,78	41.795.157,80	33.172.422,74	67.748.713,04
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	4.662.824,14	506.973,89	7.757.391,80	4.680.123,40	5.621.549,80	7.510.684,94	6.771.899,24
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	2.925.828,19	7.649.333,79	4.479.685,63	5.147.484,73	10.034.933,49	82.945,18	1.339.164,18
Dedução IRRF c/c Parecer TCERO 56/2002	1.280,18	141.085,19	70.201,41	81.065,20	93.905,08	211.173,53	152.489.754,07
Contrib do Servidor para Assistencia	85.964,28	97.084,72	290.307,71	75.286,58	108.865,12	14.599.275,46	-
Rendimento de Aplicação do RPPS	12.469.940,98	11.566.786,46	11.748.561,91	11.553.891,24	11.770.142,04	-	-
Outras Deduções (Receitas Eventuais)	12.973.422,28	14.168.993,40	11.981.526,60	11.890.103,93	14.125.258,37	-	-
Emendas Parlamentar Individual	-	-	-	-	-	-	-
Outras Deduções Cota Parte do FPM- Próprio	2.504.922,06	903.194,81	6.040.775,46	5.337.447,89	2.822.732,35	5.894.327,48	48.715.291,21
	2.596.290,30	5.763.649,56	3.438.817,45	3.527.808,07	5.331.252,98	4.554.072,80	46.882.492,38
	684.624,30	32.031,40	3.920.997,93	6.623.319,09	7.548.972,00	1.632.010,82	-
	779.470,27	1.654.339,01	4.349.035,86	1.304.869,03	11.755.834,40	6.596.988,27	-
	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-
	439.013,44	439.013,44	439.013,44	439.013,44	439.013,44	439.013,44	5.208.161,28
	439.013,44	439.013,44	439.013,44	439.013,44	439.013,44	439.013,44	-

Fonte: Anexo III RCL - DOM 3.146a de 29/01/2022

b) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art.166-A,§ 1º, da CF)

- I. O valor de R\$ 1.650.000,00 ref. a transferência de emenda parlamentar individual para custeio nas unidades administrativas e laboratoriais, propostas (36000.367607/2021-00/36000.390.66.6.202.100), incremento PAB e incremento MAC, que ocorreu no mês de outubro/2021 ; e
- II. O valor de R\$ 2.000.000,00 ref. ref. transferência de emenda parlamentar individual para custeio nas unidades administrativas e laboratoriais, COVID, proposta 19000395062202100, que ocorreu no mês de novembro/2021;

c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art.166,§ 16, da CF)

- I. O valor de R\$ 1.000.000 ref. transferência de emenda de bancada parlamentar, para custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde, conforme Portaria nº1.435, 28/06/2021- DOU Imprensa Nacional. Depositada na conta 10.334-9 SEMUSA



RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	147.532.787,59	112.478.670,70	116.051.819,82	124.683.296,44	137.293.603,07	131.100.484,16	1.591.001.456,56	1.274.401.181,00
	133.813.970,37	140.892.931,87	127.889.117,22	120.715.770,63	134.093.371,62	164.455.633,07		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	-	-	-	1.650.000,00	2.000.000,00	-	3.650.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	147.532.787,59	112.478.670,70	116.051.819,82	124.683.296,44	137.293.603,07	131.100.484,16	1.587.351.456,56	1.274.401.181,00
	133.813.970,37	140.892.931,87	127.889.117,22	119.065.770,63	132.093.371,62	164.455.633,07		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	1.000.000,00	-	-	-	-	-	1.000.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	147.532.787,59	112.478.670,70	116.051.819,82	124.683.296,44	137.293.603,07	131.100.484,16	1.586.351.456,56	1.274.401.181,00
	132.813.970,37	140.892.931,87	127.889.117,22	119.065.770,63	132.093.371,62	164.455.633,07		

Fonte: Anexo III RCL - DOM 3.146a de 29/01/2022

3.8.1.2. Anexo VI: Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal – 6º bimestre/2021

Conforme o Manual de Demonstrativos Fiscais 10ªEd. , 2020, págs 250-252 “Os resultados primário e nominal podem ser mensurados por meio da metodologia “abaixo da linha” e “acima da linha”. “O **resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável** [...]”. Mas ressaltamos que “os resultados “acima da linha” e “abaixo da linha” **podem apresentar discrepâncias devido a divergências metodológicas**. Tais discrepâncias **devem ser objeto de nota explicativa, independentemente de sua evidência no presente demonstrativo**.”

Informamos que o Anexo VI – Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal referente ao RREO 6º bimestre - 2021, publicado em DOM nº 3.148 de 01/02/2022 , bem como no SICONFI através do link https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf, apresentam o valor correspondente ao Ajuste Metodológico, o qual se faz necessário pelo fato de conter as divergências metodológicas entre os saldos acima e abaixo da linha.

Todavia a composição da conta “outros ajustes” se faz necessário esclarecer em notas explicativas, uma vez que o formato do DOM, nem tão pouco do SICONFI permite a apresentação de quadro anexo que compõem o ajuste metodológico.



Nota Explicativa:

Resultado Primário Acima da Linha:	129.296.961,36	Resultado Nominal Acima da Linha:	11.266.613,80
Resultado Primário Abaixo da Linha:	136.270.529,13	Resultado Nominal Abaixo da Linha:	-147.137.723,55
Resultado Nominal Abaixo da Linha AJUSTADO:	11.266.613,80	(=) Divergência	158.404.337,35
Juros Ativos (+)	15.311.265,77	AJUSTE METODOLÓGICO	158.404.337,35
Juros Passivos (-)	133.341.613,33	(-)Variação do Saldo RPPS	-20.353.922,41
Resultado Primário Abaixo da Linha Ajustado(=):	129.296.961,36	(+)Variação Cambial	952.045,93
		(+)Outros Ajustes	137.098.369,01
		Resultado Nominal Abaixo da Linha AJUSTADO:	11.266.613,80

Fonte: Anexo III RCL - DOM 3.148 de 01/02/2022

COMPOSIÇÃO DE OUTROS AJUSTES - ANEXO VI - RREO	
1)Variação das Receitas e Despesas Intraorçamentárias:	389.807,06
2) Cancelamento de Restos a Pagar Processados	1.337.904,02
3) Variação dos Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários	51.677.112,67
4) Ajustes de Precatórios	19.000.392,35
5) Atualização de Precatórios integrantes da DC	113.356.197,79
6) Variação de Juros Ativos e Passivos	-48.708.579,79
7) Saldo em 31/12/2021 - Caixa do RPPS	47.816,12
8) Outros ajustes: valores não detalhados anteriormente.	-2.281,21
TOTAL DE OUTROS AJUSTES (XXXVII)	137.098.369,01



Esclarecimentos do Valor de "Outros Ajustes" lançado em AJUSTE METODOLÓGICO:

1) Variação das Receitas e Despesas Intraorçamentárias:

Receitas Intraorçamentárias: -101.917.997,24

(-) Pcto Despesas Intraorçamentárias: 102.307.804,30

(=) Valor intraorçamentário que afeta a Disponibilidade de Caixa Líquida 389.807,06

2) Cancelamento de Restos a Pagar Processados 1.337.904,02

Deve-se considerar em ajustes o saldo de restos processados em 2021 que computou na dedução de disponibilidade de caixa e que no encerramento do exercício foram cancelados. Ganho com desincorporação de passivos.

3) Variação dos Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários

Recebimentos Extra de Depósitos Restituíveis e valores vinculados (a) 991.060.068,64

Recebimentos Extra de Outros recebimentos extraorçamentários (b) 2.869.186.674,95

(-) Pagamentos Extra de Depósitos Restituíveis e valores vinculados (c) 983.537.074,24

(-) Pagamentos Extra de Outros recebimentos extraorçamentários (d) 2.928.386.782,02

= Variação (a+b)-(c+d) 51.677.112,67

Tanto o recebimento quanto o pagamento extraorçamentários não são computadas nas receitas e despesas primárias para apuração do resultado, todavia, deve-se efetuar o ajuste da variação desses valores, visto que tem interferência direta na apuração do resultado primário.



4) Ajustes de Precatórios	19.000.392,35
<p> Lançamentos a Crédito na Conta Especial de Precatório NC 1.1.3.5.1.08.01 referem-se a baixa de precatório quando é efetuado o pagamento pelo TJ.O ajuste se faz necessário, tendo em vista ser lançamento contábil, sem correspondência orçamentária, ou seja, não há movimentação de empenhos, portanto, não apresenta na apuração da despesa primária, nem tampouco a baixa de precatório caracteriza uma receita primária.</p>	
5) Atualização de Precatórios integrantes da DC	
Saldo Anterior 31/12/2020	162.209.805,50
Saldo Atual 31/12/2021	275.566.003,29
(=) Atualização Precatório pela atualização de saldo contra conta de VPD , sem interferencia na despesa orçamentaria, conforme Ofício 136/DCP/PGM/2021 .	113.356.197,79
<p>A necessidade do lançamento como ajustes é o fato da metodologia acima da linha para o cálculo do Resultado Nominal considerar a diferença dos juros ativos e passivos e a diferença das receitas e despesas primárias, neste caso a atualização pela VPD aumenta a dívida consolidada líquida sem interferência nas contas orçamentárias e de juros, porém interfere no cálculo do Resultado Nominal abaixo da linha.</p>	
6) Variação de Juros Ativos e Passivos	
Juros ativos ref. diferença de Juros RPPS deduzidos no RREO em virtude da alteração da versão do MDF 11ª edição , que alterou o mapeamento em 05/2021.	-48.742.306,78
(-) Juros Passivos ref. a diferença não apurada no RREO (-) variação cambial R\$ 952.045,93 (-) 133.341.613,33 VPD ajuste de precatórios	33.726,99
(=) variação de juros	-48.708.579,79
7) Saldo em 31/12/2021 - Caixa do RPPS	47.816,12
<p>Na apuração do Resultado Primário e Nominal acima da Linha, considera-se as receitas e as despesas do RPPS, exceto intra, todavia para apuração do Resultado Nominal abaixo da linha, conforme mapeamento, é deduzido a Disponibilidade de Caixa do RPPS. Deste modo, se faz necessário o ajuste tendo em vista a discrepância entre a apuração dos resultados acima e abaixo da linha.</p>	
8) Outros ajustes: valores não detalhados anteriormente.	-2.281,21

Fonte: Portal da Transparência: <https://transparencia.portovelho.ro.gov.br/>

3.8.2. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - RGF

3.8.2.1. Anexo I: Despesa com Pessoal – Janeiro/2021 a Dezembro/2021

O valor R\$-8.838.066,71 (Oito milhões e oitocentos e trinta e oito mil e sessenta e seis reais e setenta e um centavos) referente a “Despesas com Pessoal não Executadas Orçamentariamente” refere-se a pagamentos sem prévio empenho que ocorreram em janeiro, fevereiro e março de 2021 respectivamente



nos valores de R\$ 2.891.715,04, R\$ 2.928.708,25 e R\$ 3.017.643,42 , totalizando R\$ 8.838.066,71 referente aos processos de folha de pagamento do Covid 19 conforme Ofício nº067/DEC/SUFIN/SEMFAZ. Em abril de 2021 foi efetuada a regularização desses processos conforme Ofício nº4212/2021/DIC/CFMS/GAB/SEMUSA, do dia 18 de Agosto de 2021, apresentando um montante negativo de R\$ 8.838.066,71.

Desta forma, em Dezembro de 2021 a linha do RGF que corresponde a regularização das “Despesas com Pessoal não Executadas Orçamentariamente” apresenta um valor igual a zero, não obstante, em abril/2021 pode-se constatar que os empenhos foram regularizados no 2º quadrimestre, conforme abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - RO - PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO/2020 A AGOSTO/2021

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")													R\$ 1,00
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	----------

Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	2.891.715,04	2.928.708,25	-	-	-	-	-	-	-
	3.017.643,42	-8.838.066,71	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Anexo I - Despesa com Pessoal - DOM 3.060 de 28/09/2021



3.8.2.2. Anexo II: Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida – Janeiro a Dezembro/2021

O saldo Total de Precatórios em dezembro de 2021 corresponde ao valor de R\$ 273.855.856,08, onde R\$ 257.566.003,29 compõe a Dívida Consolidada e R\$ 16.289.852,79 não compõe a Dívida consolidada, pois se referem a precatórios anteriores a 05/05/2000 e os precatórios posteriores a 05/05/2000 não incluídos da DCL, conforme evidenciado de forma detalhada anteriormente no subitem 3.3.6.3. Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo.

3.8.2.2. Anexo V: Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar – Janeiro a Dezembro/2021

Foram excluídos da coluna “Demais Obrigações Financeiras” os valores dos Precatórios de Pessoal – Regime Especial no valor de R\$ - 576.297,16 (Quinhentos e setenta e seis mil e duzentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos) e dos Precatórios de Fornecedores Nacionais – Regime Especial no valor de R\$ - 90.084.798,34 (Noventa milhões e oitenta e quatro mil e setecentos e noventa e oito reais e trinta e quatro centavos), tendo em vista que os pagamentos desses precatórios serão efetivados com valores depositados na conta de precatórios, que atualmente é mantida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia – TJ/RO, sendo que o saldo desta conta está registrado no nível de “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”. Os valores que compõem a coluna “DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA”, são das contas componentes do “Caixa e Equivalente de Caixa”.

Luiz Henrique Gonçalves
Diretor do Departamento de Contabilidade

João Altair Caetano dos Santos
Secretário Municipal de Fazenda

Patrícia Damico do Nascimento Cruz
Controladora Geral do Município

Hildon de Lima Chaves
Prefeito